



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

WELLEN CRYSTINE LIMA PEIXOTO BORGES

MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: ESTUDO SOBRE RACISMO EM BOA VISTA, RR

Boa Vista, RR

2022

WELLEN CRYSTINE LIMA PEIXOTO BORGES

MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: ESTUDO SOBRE RACISMO EM BOA VISTA, RR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Fernandes

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Cunha Pereira

Boa Vista, RR

2022

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

B732m Borges, Wellen Crystine Lima Peixoto.
Memórias de infância : estudo sobre racismo em Boa Vista, RR /
Wellen Crystine Lima Peixoto Borges. – Boa Vista, 2022.
99 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Fernandes.
Coorientadora: Profa. Dra. Mariana Cunha Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

1 – Racismo. 2 – Infância. 3 – Memória. 4 – Identidade. 5 – Boa
Vista. I – Título. II – Fernandes, Maria Luiza (orientadora). III – Pereira,
Mariana Cunha (coorientadora).

CDU – 316.347-054(811.4)

WELLEN CRYSTINE LIMA PEIXOTO BORGES

**MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: ESTUDO SOBRE RACISMO EM BOA
VISTA, RR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Fernandes

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mariana Cunha Pereira

Documento assinado digitalmente
 MARIA LUIZA FERNANDES
Data: 12/09/2022 13:36:25-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^ª. Dra. Maria Luiza
Fernandes Orientadora

Documento assinado digitalmente
 KENIA GONCALVES COSTA
Data: 31/08/2022 12:13:55-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^ª. Dra. Kênia Gonçalves
Costa Membro Externo/UFT



Prof^ª. Dra. Eliane Silvia Costa
Membro Externo/UFBA

À minha base,
mamãe e papai,
Maria José Lima Peixoto e
Raimundo Nonato Pereira Peixoto,
pelo exemplo de persistência e apoio diário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Maria e Raimundo por me apoiarem incondicionalmente, por acreditar nos meus sonhos e não medirem esforços para me ajudar. Minha mãe que sempre me acolhe e tem o melhor colo. Meu pai que sempre tem as melhores palavras. Sem eles eu não teria chegado até aqui.

As minhas irmãs, Wevelen e Gessiele, por estarem ao meu lado. Wevelen por me ouvir falar do mestrado incansavelmente durante esses mais de dois anos, quando já estava muito cansada e sem forças você me acreditava.

Agradeço ao meu esposo, Esdras, por todo o apoio e companheirismo ao longo de toda minha trajetória acadêmica. Certamente sem seu apoio, palavras de consolo e motivação seria muito mais difícil.

Aos meus avós, Francisco e Balbina, por investirem na minha educação desde os primeiros anos da escola. Meu avô, analfabeto, acredita na potência dos estudos e me incentivou a cada dia, da sua forma, com as melhores palavras nos momentos mais importantes.

A todos meus familiares, em especial aos meus tios Silvana, Jadison e Mercê. Meus tios sempre estiveram por perto, cuidando, dando conselhos, falando sobre as possibilidades de carreira e estudos. Vocês foram essenciais para chegar aqui.

Agradeço a minha melhor amiga, Emília Gutierrez, por dividir comigo momentos inesquecíveis ao longo desses sete anos de amizade. Foi muito importante dividir com você as dores, angústias e alegrias da graduação. E agora trajetória do mestrado, mas de longe. Obrigada pelas conversas, conselhos e companheirismo, obrigada por ser meu porto seguro.

Agradeço ao meu melhor amigo, Igor Viana, que desde a escola dividiu comigo os objetivos acadêmicos, entramos juntos na faculdade, e vivemos ainda mais fora dela. Obrigada por sempre estar aí.

A todos meus amigos e amigas pelos momentos de descontração e apoio. Principalmente aqueles que acompanharam de perto o trajeto do mestrado: Caobe, Ellie, Léo, Carlos, Gabriel e Stefanny pelas experiências, reflexões e apoio. Vocês tornam

minha vida mais leve. Aos meus amigos da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) núcleo RR, Tamires, Aniele, Carlos Ramos, Brenda vocês me inspiram.

Agradeço ao meu amigo Carlos Ramos, que também me orientou nas primeiras experiências acadêmicas durante a graduação, me guiando de forma brilhante no projeto de iniciação científica e no estágio. Obrigada pela paciência, conhecimentos compartilhados e por propiciar o pensamento crítico a minha formação. Obrigada por me ouvir, pelo apoio durante todo o mestrado e pelas tardes de conversas e estudos.

Agradeço os sujeitos que se disponibilizaram a participar desta pesquisa. Diante de todos os percalços impostos pela pandemia, dividiram suas histórias e contribuíram de maneira decisiva.

Agradeço aos professores Mariana Pereira, Francilene Rodrigues, Marcia Maria, Carla Monteiro, Maxim Repetto, pelos ensinamentos e experiências compartilhadas ao longo do mestrado.

Agradeço a professora Maria Luiza, que é orientadora deste estudo, pelos ensinamentos, muita paciência e dedicação. Agradeço a professoras Eliane Silvia Costa e Kênia Gonçalves da Costa pelas contribuições na qualificação desta dissertação e por aceitarem participar da banca.

RESUMO

O racismo pode ser entendido como uma ideologia complexa que está presente na cultura, política e economia e ainda na vida subjetiva, social, institucional das pessoas, ou seja, é uma estratégia de dominação baseada na concepção hierárquica de raças inferiores e superiores. Desse modo, o fenômeno supracitado pressupõe a hierarquização das raças em superiores e inferiores, na qual o branco ocupa o topo, o lugar ideal nas diferentes esferas da vida. Este estudo visa conhecer como o racismo aparece nas memórias de infância de pessoas adultas autodeclaradas negras na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Para tanto, foram utilizados autores que trabalham os conceitos de racismo, violência racial infantil, classe, gênero e memória. Foram realizadas entrevistas com homens e mulheres que se autodeclararam negros e que viveram a infância em Boa Vista. A metodologia utilizada foi a história oral, esta por meio de entrevistas fornece narrativas de sujeitos que vivenciam acontecimentos na vida privada e coletiva, isto é, a memória do sujeito. Bem como, se coloca como essencial para a compreensão do tempo presente, porque apenas através da fonte oral é possível acessar medos, afetos, sonhos, crenças e recordações do passado de pessoas desconhecidas que vivenciaram situações de seu tempo. Como resultados, foi possível compreender que o racismo vivido durante a infância na escola, família e outros espaços de socialização causou impactos psicossociais, como a negação dos traços raciais, dificuldade de construção identitária e de uma imagem positiva de si, além da negação da vivência de racismo. A falta de representatividade também surgiu como um fator que dificultou a construção da identidade racial negra. Já as vivências de racismo na infância repercutiram ao longo da vida como na dificuldade que as mulheres entrevistadas tiveram para estabelecer relacionamentos amorosos. Por fim, foram identificadas estratégias psicossociais de enfrentamento ao racismo que passam por acesso as discussões sobre relações raciais, empoderamento, ser o melhor no que se faz.

Palavras-chave: Racismo. Infância. Memória. Identidade. Boa Vista.

ABSTRACT

Racism is a complex ideology that is currently present in culture, politics, economy, and people's social and institutional life, i.e., it is a domination strategy based on the hierarchical conception of lower and higher races. This way, this phenomenon presumes that is a hierarchy of lower and higher races, in which the white individual is on top, being the ideal place in life. This study aims to understand how racism appears in childhood memories of adults who identify themselves as black people in the city of Boa Vista, the capital city of the State of Roraima. To do so, authors who work with the concepts of racism, childhood racial violence, social class, gender, and memories were studied. Methodology was through oral history, in which interviews supplies stories of individuals who lived related events in their private and collective lives, that is, the individual's memory. History is essential to understanding the present time, because only through the oral source it is possible to access fears, likings, dreams, beliefs and memories of the past of unknown people who passed through these situations in their time. As results, it was possible to understand that racism during childhood in school, family, and other social spaces has caused psychosocial impacts such as denial of their own racial features, trouble in their identity construction and creating a positive image of themselves. The lack of representativity also emerged as a factor that made it hard to create the black identity. Meanwhile, childhood racism issues reverberated throughout their lives and showed up in many ways such as difficulty to establish romantic relationships. Finally, psychosocial strategies were identified to fight racism such as discussions about racial relationships, empowerment, being the best their own activities, and the denial to live racism.

Keywords: Racism. Childhood. Memory. Identity. Boa Vista.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	RACISMO À BRASILEIRA: RELAÇÕES RACIALIZADAS NA INFÂNCIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE	23
2.1	RACISMO NO BRASIL.....	23
2.2	MEMÓRIAS DO RACISMO.....	31
2.3	VIOLÊNCIA RACIAL NA INFÂNCIA E IDENTIDADE.....	34
2.4	MEMÓRIAS DO RACISMO NA ESCOLA.....	41
3	INTERSECCIONALIDADE: OBSERVAÇÕES SOBRE O RACISMO NA INFÂNCIA	46
3.1	DISCUTINDO INTERSECCIONALIDADE: RAÇA, CLASSE E GÊNERO.....	46
4	MEMÓRIAS DE INFÂNCIA	57
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS.....	57
4.2	CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	60
4.2.1	Impactos psicossociais do racismo vivido na Infância	61
4.2.1.1	Características fenóticas e autoestima.....	62
4.2.1.2	Representatividade.....	68
4.2.2	Racismo na escola	71
4.2.3	Repercussão das vivências de racismo ao longo da vida	77
4.2.3.1	Amor para quem?.....	78
4.2.4	Estratégias psicossociais utilizadas no enfrentamento ao racismo	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICES	98
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	99
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	100

1 INTRODUÇÃO

Dados levantados pelo Ministério da Saúde e pela Universidade de Brasília, UnB, apontam que o índice de suicídio no Brasil é maior entre os jovens negros, e que entre os anos de 2012 e 2016 a taxa de suicídio entre as pessoas brancas se manteve estável, já entre as negras e negros aumentou 12% (BACCARIN *et all.*, 2018). Estes números indicam o quanto o racismo afeta a saúde mental da população negra. Pensando com Silvio de Almeida (2019), esse é um nítido indício do racismo estrutural atuando na nossa sociedade. Para o autor, o racismo estrutural funciona relegando as negras e negros os lugares subalternos e menos reconhecidos na hierarquia de valores hegemônicos, cujo topo é ocupado, embora não sejam maior número, pelo homem, branco, heterossexual, racional, cristão, habitante das cidades, falante da língua padrão. O desemprego é maior entre a população negra, são as mais vitimadas de homicídios por arma de fogo e mortes violentas em geral, seus corpos são estereotipados como hipersexualizados etc.

Quando fazemos o recorte de gênero, se torna notório que as mulheres negras são golpeadas pelo racismo e pelo machismo, estas são as maiores vítimas de feminicídio no país. Os homens negros são alvo da violência policial, a maior população carcerária do país. Assim, é possível perceber que o racismo se expressa de diferentes formas, mas todas elas geram sofrimento psíquico. Numa tentativa de lidar com esse sofrimento, de forma consciente ou inconsciente, as negras e negros muitas vezes assumem a exaustiva tarefa de serem o melhor, o melhor aluno, o melhor funcionário (SANTOS, 1983); ou, outras tantas vezes, passam por um processo de defesa psíquica de negação da sua identidade.

Com relação às questões de raça e classe, segundo dados da Unicef (2010) há 31 milhões de crianças no Brasil, 54,5% do total de crianças são negras e indígenas. Destas 45,8% vivem em famílias pobres; entre as crianças brancas a pobreza atinge 32,9%, já entre as crianças negras 56% são afetadas pela pobreza. O racismo é refletido nas desigualdades socioeconômicas e na desvalorização da população negra.

Outro ponto é a limitação de estudos que envolvam a temática de racismo na infância, pois numa busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com os descritores *racismo* e *infância*, poucos trabalhos são encontrados. Bem como em busca

realizada nos bancos de dados dos Programas de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) e em Ciências da Saúde (PROCISA) da Universidade Federal de Roraima, que estão disponíveis em banco de dados online, apenas dois trabalhos do PPGSOF abordavam sobre a questão racial: “*A presença negra na capitania do Rio Negro na Amazônia colonial*” e “*Filhos da África na UFRR’: vivências e experiências dos estudantes PEC-G*”; mas nenhum deles contemplava as temáticas racismo e infância. Uma referência técnica produzida pelo Conselho Federal de Psicologia também apontou que pesquisas sobre relações raciais e racismo na área de psicologia e correlatos são incipientes. O estudo bibliográfico realizado na tese “*Orgulho e preconceito: O desenvolvimento de atitudes raciais implícitas e explícitas em crianças de Porto Alegre e Salvador*”, de Sacco (2015), aponta o baixo número de pesquisas que envolvem preconceito racial e infância. Para a autora, o pequeno número chama a atenção, pois num país com altos índices de discriminação racial é preciso compreender como o preconceito racial se desenvolve desde a infância.

No estado de Roraima em que, segundo dados do IBGE (2010), mais de 70% da população é negra (pretos e pardos), as discussões sobre relações raciais ainda se mostram incipientes. É possível notar que há pouco conhecimento acadêmico e social sobre as questões raciais nesse espaço. É justamente este silêncio que torna urgente um estudo que contribua para a disseminação do conhecimento e visibilidade das questões raciais no estado.

Reconhecer-me mulher e negra no Estado mais violento para mulheres e tomar consciência dos episódios sutis e descarados de racismo que vivi desde a infância, acompanhada da possibilidade de fazer oposição a violência destrutiva do racismo, me direcionaram para essa área de conhecimento. Este interesse se tornou teórico quando, durante a graduação, tive contato com a temática do racismo na disciplina eletiva Psicologia Social do Racismo e, com auxílio da turma e da professora, foi possível pensar o racismo em suas dimensões e complexidades.

A cidade de Boa Vista-RR é líder no ranking de número de suicídios entre a população jovem, quantitativo insuperável de feminicídios, abusos contra adolescentes e crianças, mortes violentas e assassinato de indígenas (HUMANS RIGHT WATCH, 2015). Atrélada a essas violências, a coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e

Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Cristina Oliveira, apontou que o(a) negro(a) em Roraima como em toda região amazônica ainda é invisível, pois tem-se a ideia de focar os estudos apenas nas questões indígenas, ainda que dados do IBGE (2010) apontem que a população negra (pretos e pardos) representa 70% dos roraimenses¹. Outro ponto é a pouca efetividade da Lei 10.639 (BRASIL, 2003), que instituiu o ensino da História da África e da Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas, sancionada em 2003, mas que, segundo a coordenadora, ainda não foi colocada em prática (SOUSA, 2014). No estado proporcionalmente mais violento do país para crianças, adolescentes, mulheres, as discussões raciais ainda não se mostram efetivas.

A Organização Mundial da Saúde (2002) entende violência como o uso premeditado da força física, do poder ou ameaça contra si próprio, contra o outro, ou mesmo contra um grupo ou comunidade, que resulte ou possa resultar lesão, dano psicológico, deficiência ou morte. São utilizadas várias formas para classificar a violência contra crianças por meio de categorias e critérios, mas é importante ressaltar que nenhuma classificação abarca a complexidade desse fenômeno e, por isso, os vários tipos de violência não são excludentes (MOTTI, 2009).

Esta pesquisa visa dar destaque à violência racial na infância, busca-se entender como esta violência surge nas memórias de infância de pessoas autodeclaradas negras que viveram a infância em Boa Vista, capital de Roraima. Para uma compreensão ampla desse fenômeno que é a violência racial contra a criança será necessário fazer um percurso crítico, considerando que esta é produto de um sistema complexo que perpassa relações historicamente construídas, bem como envolvem várias realidades sociais inseridas em uma cultura com seus valores e representações. Por isso, é necessário um olhar crítico para os aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e afetivos que são organizados por meio de uma rede de produção de violência (MOTTI, 2009).

Nesse sentido, é necessário destacar que a infância se apresenta de formas distintas nas mais diversas culturas, assim como os costumes, valores etc. Estes são

¹A maior parte da população negra no estado de Roraima é autodeclarada parda, este número elevado também pode estar relacionado a discriminação sofrida pelos povos indígenas e a consequente dificuldade de identificação etno-racial (NEVES, 2008).

construídos socialmente e se transformam ao longo do tempo. A concepção que temos dessa fase da vida na contemporaneidade é distinta da que se tinha na Idade Média, por exemplo, e é resultado de um longo processo histórico.

Ariès (1981), em sua renomada obra *História Social da Infância e da Família*, apresenta como foi descoberta a infância na modernidade através da iconografia, isto é, como a sociedade ocidental burguesa reconheceu o lugar da criança e ainda como surgiu o sentimento de infância. Assim, o autor inaugurou um olhar histórico para a concepção de infância e contribuiu na ruptura do pensamento de que só existia uma única infância. Também apontou que as sociedades modernas possuem diversas formas de organização cultural, política, econômica em diferentes espaços geográficos e simbólicos, assim, produzem diferentes infâncias e crianças, não sendo possível pensar em uma única infância. Portanto, pretendemos abordar a infância em Boa Vista a partir desta perspectiva, tendo em vista que a infância vivida na cidade Boa Vista, no extremo norte do país, possui suas especificidades culturais, históricas e econômicas.

No tocante ao racismo, este é uma ideologia complexa que está presente na cultura, política e economia e ainda na vida subjetiva, social, institucional das pessoas, ou seja, é uma estratégia de dominação baseada na concepção hierárquica de raças inferiores e superiores. Se durante determinado momento o mito da democracia racial pregava a ideia de harmonia entre as raças e a consequente imposição social de não se falar sobre o racismo, o momento histórico contemporâneo por meio das contribuições teóricas das diversas áreas do conhecimento fortaleceu as discussões sobre as relações raciais no Brasil (MUNANGA, 2003).

Desse modo, o fenômeno supracitado pressupõe a hierarquização das raças em superiores e inferiores, na qual o branco ocupa o topo, o lugar ideal nas diferentes esferas da vida. Enquanto os(as) negro(as) são acometidos pela inferioridade e luta constante, muitas vezes sem sucesso, fazendo com que se constitua subjetivamente como inferior. Assim, o(a) negro(a) sofre a violência racial de forma incessante e esta incide de duas formas, a primeira por ter que encarar o corpo negro a partir do ideal branco; e a outra pela recusa e negação do corpo negro. Isto é, desde a infância os(as) negros(as) convivem com o mal-estar de pertencerem a população negra (SANTOS, 1983).

Essas constatações são apresentadas em alguns estudos sobre racismo na infância apesar dos enfoques serem diferentes, como, por exemplo, o estudo de Sacco (2015, p. 142) que avalia o desenvolvimento de atitudes racistas em crianças brancas e negras. Seus resultados apontam que “crianças de seis anos já apresentam os mesmos níveis de preferência racial implícita apresentado por adultos e que essa preferência talvez não mude ao longo da vida”; também conclui que ao contrário da ideia de que as pessoas tendem a preferir seu próprio grupo social, as crianças pretas preferem as brancas, e ainda crianças pardas e pretas na Bahia se identificam mais com brancos do que com pretos. Segundo a autora, esses resultados indicam que as crianças aprendem desde os primeiros anos de vida que um grupo social é mais valorizado que o outro, isto é, que a sociedade valoriza mais os brancos que os negros. Também aponta que as políticas públicas para a promoção da igualdade racial devem se voltar para a infância afim de gerar algum efeito sobre as preferências raciais ainda no período de desenvolvimento.

O estudo de Hubber (2015), que possui enfoque voltado para a relação das normas sociais com a expressão de preconceitos em crianças, aponta que crianças com cinco anos de idade compreendem o que é moralmente correto e um determinado contexto social e independentemente da idade e da presença ou ausência de uma norma existe uma tendência a discriminação do negro.

Por fim, a pesquisa de Silva (2010), que visou investigar concepções de si, bem como crenças e valores relativos a questões identitárias e a diferenças étnico-raciais em crianças, aponta como resultados que todas as crianças participantes da pesquisa expressavam a ideia do “outro” ser negro de forma pejorativa, apontando que a população brasileira reluta em se conhecer como negra e isso influencia nas concepções de si desde a infância. Outro resultado da pesquisa foi a ideia de que negra é apenas a pessoa de tom de pele retinto produzida pela ideologia do branqueamento, para continuar desvalorizando características da negritude por meio da negação, assim, dividindo a população negra e enfraquecendo sua luta por direitos. Mais um ponto destacado no estudo é o fato de que todas as participantes sofreram discriminação geralmente em decorrência do preconceito racial, o que tende a sustentar autopercepções negativas de si.

É possível notar que os estudos citados acima apontam o racismo como causador de sofrimento durante a construção da subjetividade da criança negra o que se expressa numa gradual apreensão de si da criança negra como uma pessoa em prejuízo ou em desvantagem simplesmente por suas características fenotípicas, causando demandas, angústias, mecanismos de defesas e assim por diante (SOUZA, 1983).

Segundo Munanga (2003), o racismo não é simplesmente individual, isto é, a ação de um indivíduo sobre o outro. Para o autor é preciso considerar o racismo como institucional, estrutural e cultural. A análise histórica das relações raciais no Brasil permitiu ao autor desconstruir o mito da democracia racial: a ideia de que a miscigenação é a prova de que o país superou o racismo; o que não é verdade, tendo em vista que a miscigenação decorre de um longo histórico de abusos sexuais de meninas e mulheres negras e indígenas, além de um longo histórico de impossibilidade impostas sobre a população negra (CARNEIRO, 1995).

Para compreender o racismo no Brasil é preciso retomar ao contexto sócio-histórico de produção e reprodução das desigualdades raciais. Com base em Gomes e Reis, Eliane Costa (2012) aponta que o Brasil foi o país mais escravista da modernidade, bem como o último a abolir a escravização, com cerca de 6 milhões de escravizados deportados da África Subsaariana de vários “grupos étnicos-linguísticos, como os ajas, os bantus, os yorubas, os jejes, os minas, os bakongos, os mbundus, os ovimbundus, os nganguelas, os moçambiques”, contrapondo com a ideia simplista de homogeneidade entre os negros no Brasil que é inexistente (PARÉS, 2006; REIS, 1996). Os negros tiveram seus laços pessoais, comunitários e linguagem usurpados, e passaram a ser tratados como propriedade e força de trabalho. Além da dominação do corpo os escravocratas buscavam estratégias “psicológicas discriminatórias” para mantê-los como inferiores (MUNANGA, 1986).

Contudo, essa diferença também “os ajudou a manter a dignidade, a afirmar sua humanidade diante de um regime que os definia como coisa [...] pois era com essas diferenças que ele contava para tecer redes de solidariedade, compor alianças ou definir campos adversários” (REIS, 1996, p. 18-19).

Nesta esteira, as negras e negros utilizaram várias formas de resistência para enfrentar a escravização e alcançar a liberdade, tais como, fugas, revoltas, rebeliões,

suicídio, instituição de quilombos. No final do período escravista o cenário político indicava o caminho para a abolição por meio das resistências dos próprios negros(as), do movimento abolicionista, dos ideais da revolução francesa e do novo cenário econômico com a indústria, tornando o escravismo uma barreira para o desenvolvimento e afronta aos princípios cristãos (COSTA, 2012).

A abolição da escravatura, ocorrida em 1888, não acarretou nenhuma responsabilização do Estado brasileiro pelos atos realizados durante o escravismo, tão pouco pela integração social e econômica. Ou seja, para os libertos e sem condições de vida lhes restava a morte e as atividades subalternas, que poderiam levar à morte. Este momento de pós-escravidão trouxe liberdade, contudo, ainda gerava opressão ao(a) negro(a).

Por outro lado, a elite nacional passou a enxergar o povo negro como uma ameaça de dominação das terras brasileiras, assim como ocorreu com a revolta dos escravizados em São Domingos, acarretando a independência do Haiti. Desse modo, para minimizar o medo, a elite se valeu de duas estratégias. A primeira se tratava da importação e adaptação de teorias racistas originalmente elaboradas na Europa e a segunda era a imigração maciça de brancos europeus (AZEVEDO, 1987).

Com relação às teorias racialistas, duas desenvolvidas no continente europeu se destacaram no Brasil, a monogenista e a poligenista. A primeira acreditava que havia grupos humanos mais evoluídos que outros, já a segunda defendia que existiam várias espécies humanas do ponto de vista biológico, com diversas origens e hierarquizadas como superiores ou inferiores (SCHWARCZ, 1993). A teoria monogenista foi muito difundida no Brasil por Sílvio Romero que acreditava na “purificação racial”, isto é, a ideia de que através da miscigenação entre negros e brancos, e por meio da seleção natural, no futuro só haveria brancos no Brasil, aqueles que eram considerados civilizados (MUNANGA, 2004).

Nesse sentido, como estratégia para diminuir o número de negros(as) no país, foram criadas leis imigratórias com o intuito de incentivar a vinda de migrantes alemães e italianos. De forma concomitante ocorreu o período de abolição da escravatura. Essa política beneficiava os imigrantes, tendo em vista que garantia facilidade na regulamentação e concessão de terras. Assim, a população imigrante assumiu os

melhores postos de trabalho, ainda que essas ocupações não exigissem mão de obra qualificada. Para a população negra liberta não houve nenhuma política reparadora, estes foram colocados numa competição desigual com os imigrantes e não tiveram uma inserção econômica.

Outro mecanismo legal para a manutenção da dominação do povo negro pode ser notado na Constituição do Império em 1824, que previa a educação como direito de todos os cidadãos, mas, vetava o acesso as(os) negras(os) escravizados. A cidadania abarcava os portugueses, os nascidos no Brasil e os escravos libertos, contudo, era condicionada a posses e rendimentos, com o intuito de dificultar o acesso à educação aos libertos (RIBEIRO, 2019).

A ideia instituída no Brasil, principalmente por Gilberto Freyre, de que a escravização foi menos violenta do que em outros lugares do mundo, contribuiu para mascarar como o sistema escravista ainda influencia nossa organização social. Houve uma transposição do discurso ideológico de embranquecimento, que concebia o negro como inferior biologicamente e através da miscigenação deixaria de existir, para a disseminação da concepção dos intelectuais brancos de que não existia racismo no Brasil. A partir de então buscava-se criar uma imagem de “paraíso racial” por meio da criação de uma nova história, em que a miscigenação surge como uma herança portuguesa e, por isso, possuíam uma tolerância racial resultando num processo de escravização menos violento no país. Assim, a abolição da escravatura no Brasil foi transmitida como um presente dado pela elite escravocrata e não como resultado de lutas constantes, conforme já citadas fugas, rebeliões etc., da população negra por liberdade.

Outra estratégia para fortalecer essa concepção é a incorporação da cultura negra como nacional, assim, os negros passaram a fazer parte da cultura brasileira o que resultava na minimização das resistências da população negra contra a escravização (RIBEIRO, 2019; GUIMARÃES, 2001).

Contudo, várias violências ocorreram durante a escravização, um exemplo é que a expectativa de vida de escravizados rurais era de apenas 25 anos. Diversos estudiosos já comprovaram que a democracia racial é um mito. Essa concepção de democracia racial contribui para a disseminação da ideia de que brancos e negros(as) possuem as mesmas oportunidades de viver. Porém, ela se configura como um discurso ideológico,

a fim de manter o funcionamento social excludente que não propicia discussões sobre as relações raciais no Brasil. Portanto, o racismo estrutura as relações sociais e cria desigualdades e abismos, ou seja, “é um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo” (RIBEIRO, 2019, p. 12).

Esta pesquisa trata de como o racismo é retido nas memórias de infância de pessoas que se autodeclaram negras, partindo de uma abordagem interdisciplinar que visa romper com as práticas normatizadoras que mantêm e reforçam padrões hegemônicos. Por isso, e na expectativa de contribuir para a superação da naturalização de violências, é que se faz fundamental a participação dos diversos campos das ciências humanas. A compreensão do racismo na forma como ele se atualiza nas memórias de infância passa inevitavelmente pela análise política do racismo em sua complexidade, historicidade, emergências e balizas históricas.

Dessa maneira, este estudo levará em conta em suas análises outras desigualdades políticas que podem ocorrer de forma concomitante ao racismo. São elas as desigualdades de classe e gênero. Estas podem ser definidas a partir do conceito de racismo citado anteriormente, pois ambas pressupõem uma noção hierárquica. O classismo ou discriminação de classe considera que em todos as esferas da vida o rico é superior ao pobre, já a desigualdade de gênero, expressa pelo machismo, se baseia na concepção da existência de uma identidade de gênero superior, a do homem branco e as mulheres negras estariam na posição inferior nesta hierarquia. Assim, Crenshaw (2002) aponta que essas desigualdades frequentemente se sobrepõem e se cruzam criando intersecções complexas, ou seja, as mulheres racializadas geralmente estão numa posição em que o racismo, a classe e o gênero se encontram.

Partindo do problema de como o racismo aparece nas memórias de infância de pessoas adultas que se reconhecem como negras, busca-se conhecer como o racismo aparece nas memórias de infância de pessoas adultas autodeclaradas negras na cidade de Boa Vista, Roraima. Especificamente, busca-se compreender alguns impactos psicossociais do racismo ocorrido na infância da pessoa autodeclarada negra e como eles repercutem ao longo da vida, tendo em vista que a violência racial produz marcas na construção subjetiva do sujeito negro; identificar quais foram as estratégias psicossociais utilizadas pela pessoa que se autodeclara negra no enfrentamento ao

racismo e, por fim, conduzir a crítica e a resistência às formas de racismo vigentes no tempo presente da cidade de Boa Vista, Roraima.

Para alcançar tais objetivos optou-se pela pesquisa bibliográfica e de campo. Assim, entrevistamos pessoas negras que a partir das suas narrativas sobre as memórias de infância expressaram suas vivências de racismo contribuindo para a compreensão do racismo em Boa Vista, Roraima. Foram realizadas quatro entrevistas definidas por critérios que levam em conta idade, classe social, gênero e disponibilidade em participar da pesquisa.

Esta pesquisa é interdisciplinar e situa-se na área das Ciências Humanas. É do tipo exploratória, que proporciona maior aproximação com o assunto a ser estudado, pois se direciona para os variados aspectos relacionados ao tema, garantindo uma visão ampla (GIL, 2010). Bem como foi orientada pela abordagem qualitativa, que se difere da abordagem quantitativa pois não usa instrumentos estatísticos na análise do problema de pesquisa (RICHARDSON, 2010). A pesquisa qualitativa se preocupa com questões particulares, tais como crenças, significados, valores, atitudes e aspirações.

A pesquisa qualitativa proporciona que os participantes possam refletir sobre o que está sendo pesquisado, porque, ao expressar suas percepções e representações, ocorre uma valorização da fala dos sujeitos. Ressaltar o entendimento dos sujeitos é permitir entrar em cena com o sujeito da pesquisa, proporcionando uma abordagem que privilegia instrumentos que incidem apropriadamente na oralidade, como o roteiro, em detrimento do questionário (ATAÍDE, 2016).

Nesse sentido, Martinelli (1999, p. 23) aponta que “[...] é em direção a essa experiência social que as pesquisas qualitativas, que se valem da fonte oral, se encaminham, é na busca dos significados de vivências para os sujeitos que se concentram os esforços do pesquisador”. Não se trata de uma pesquisa com número grande de participantes, pois é necessário aprofundar o conhecimento sobre o sujeito que estamos dialogando. Assim, a pesquisa qualitativa não se caracteriza pela quantidade de sujeitos que irão narrar suas vivências, sua importância está nos significados que os sujeitos expressam em razão do que se objetiva com a pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa de campo, definida com uma investigação que é direcionada a uma comunidade que pode ser ou não geográfica e é

desenvolvida por meio de observação direta ou ainda através de entrevistas com o grupo a ser estudado. Outros instrumentos geralmente também podem ser utilizados de forma concomitante, tais como, análise de documentos, fotografias (GIL, 2010).

Nesta pesquisa foi utilizado o instrumento metodológico da história oral que, segundo Delgado (2006), através de entrevistas fornece narrativas de sujeitos que vivenciam acontecimentos na vida privada e coletiva, isto é, a memória do sujeito. Nessa esteira, a história oral pode alcançar e perpetuar memórias, vivências, lembranças de sujeitos dispostos a compartilhar experiências por meio das suas memórias e, desse modo, possibilitar o conhecimento mais amplo e dinâmico das situações que não conhecíamos. Por isso, a história oral pode ser definida como:

(...) um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52)

O uso da História Oral também possibilita inúmeras vantagens, dentre elas o fato de se beneficiar de diversas disciplinas das ciências humanas e ser uma metodologia interdisciplinar, o que possibilita sua aplicação nos estudos sobre relações raciais. Neste estudo se fez necessário o uso desta abordagem, pois, este envolve a reconstrução da memória de um grupo social, em um espaço geográfico específico, com suas particularidades culturais e identitárias. Além do mais, a fonte oral pode contribuir com a dimensão das vivências trazendo novas perspectivas sobre os estudos de relações raciais.

Vale destacar que a história oral pode ser aplicada apenas sobre temas contemporâneos que ocorreram em um passado que as pessoas ainda se recordem, para que possam ser entrevistadas aquelas que participaram de forma ativa ou como espectadores do tema. Alguns aspectos da vida em sociedade de determinada época proporcionam um tempo psíquico e social que só eram acessados por meio de fontes oficiais e arquivos, impossibilitando uma ampliação dos estudos. Portanto é preciso ultrapassar os escritos oficiais e acessar a narrativa de pessoas vivas (ALBERTI, 1989).

Thompson (1992) aponta as vantagens do uso da oralidade como fonte:

[...] a História Oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992, p. 17).

Ainda assim, algumas críticas são feitas com relação ao uso desse tipo de fonte, como o argumento de que pode não ser precisa, contudo, a fonte oral possui dados que muitas vezes um documento escrito não possui. Ela se coloca como essencial para a compreensão do tempo presente, porque apenas através da fonte oral é possível acessar medos, afetos, sonhos, crenças e recordações do passado de pessoas comuns, mas que vivenciaram situações de seu tempo (PORTELLI, 1998, p. 120).

Durante o avanço da história oral é possível identificar dois tipos de abordagem, a primeira é a história oral política, na qual a entrevista complementa os escritos existentes e o foco é voltado para as elites. A segunda, que este estudo se baseia, é a história oral antropológica “que valoriza os vencidos, os marginais e as diversas minorias, operários, negros, mulheres” (JOUTARD, 1996, p. 45.)

Foram realizadas entrevistas com quatro pessoas (duas mulheres e dois homens) autodeclaradas negras, que viveram a infância na cidade de Boa Vista, RR, pois entende-se nessa pesquisa que para uma compreensão ampla do racismo é necessário um olhar interseccionado. Estas entrevistas foram autorizadas pelo comitê de ética. Os critérios de inclusão foram: se autodeclarar negro(a), ter vivido a infância em Boa Vista, RR, ter mais de dezoito anos e não ser indígena. Os critérios de exclusão foram: não se autodeclarar negra ou negro(a), não ter vivido a infância em Boa Vista, RR, ter menos de dezoito anos, ser indígena. A seleção dos participantes da pesquisa se deu por meio do meu percurso como mulher negra em Boa Vista e das vivências construídas com meus iguais.

Esta pesquisa foi dividida em três partes, no primeiro título será realizada uma contextualização sobre o racismo no Brasil, com enfoque as memórias de racismo, violência racial na infância e identidade, bem como memórias de racismo na escola. No segundo título será abordado sobre interseccionalidade e relações raciais, a partir de uma discussão sobre as intersecções de raça, classe e gênero. Por fim, no terceiro título há a

análise e discussão do campo de pesquisa, desse modo, há dados da realidade sobre as vivências de racismo na infância dos sujeitos entrevistados. Por fim, as considerações finais, isto é, uma apreciação geral sobre o que a pesquisa possibilitou compreender acerca das memórias de infância sobre o racismo em Boa Vista, RR.

2 RACISMO À BRASILEIRA: RELAÇÕES RACIALIZADAS NA INFÂNCIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Esta seção objetiva historicizar o racismo no Brasil. Far-se-á uso, neste capítulo, principalmente de autores e autoras negras que discutem o racismo e como se apresenta nas relações sociais no Brasil, explicitando o racismo à brasileira e a forma como este aparece nas instituições sociais, bem como os impactos do racismo na subjetividade de sujeitos negros.

2.1 Racismo no Brasil

Alinhado aos objetivos deste estudo, é de fundamental importância compreender o racismo em sua complexidade, como ele incide sobre o sujeito de forma ao mesmo tempo generalizada e particular, em especial sobre como atua e que impactos pode causar desde a infância. Para estas análises é necessário tomar como referência o racismo numa perspectiva mais ampla.

A paradoxal afirmação de que o país não é racista, mas é onde mais existe racismo foi constatada após uma pesquisa realizada pela USP, na qual apontam que 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito, ao passo que 98% apontaram conhecer pessoas que manifestam algum tipo de discriminação racial. Este assunto ainda é difícil de ser tratado no último país das Américas a abolir a escravização, em 1888. Assim, para compreensão do racismo no Brasil é necessário retomar ao contexto histórico das relações raciais (RIBEIRO, 2019).

No final do século XIX o Brasil era apontado como um caso único de extrema miscigenação, um “festival de cores” e, segundo alguns viajantes europeus, uma sociedade de “raças cruzadas”. Na visão de alguns intelectuais nacionais o país era representado como uma nação multiétnica, como nos vários exemplos do “espetáculo brasileiro da miscigenação”. Foi sob essa alcunha, a de um “típico país miscigenado”, que o diretor do Museo Nacional do Rio de Janeiro foi convidado a participar do I Congresso Internacional das Raças, realizado em 1911, com a tese de que o Brasil mestiço alcançaria o branqueamento em um século (SCHWARCZ, 1993).

Esta tese tem em sua abertura o quadro de M. Broccos, na qual são apresentados de maneira sintética a conclusão dos cientistas da época sobre o branqueamento em um século, como na criança branca representada no quadro, também aparecem a avó preta, a mãe parda e o pai branco. Além disso, carregava a perspectiva da época de que o país é composto por raças miscigenadas, contudo, em transição e que por meio de um processo de cruzamento levava a supor que o país um dia seria branco (SCHWARCZ, 1993).

Esta visão da mestiçagem não se restringia aos debates internos, também estava nas imagens retratadas por naturalistas que passaram pelo país ao longo do século XIX em busca de espécies raras de fauna e flora e se deparavam com o “espetáculo dos homens e da mistura das raças”. Dessa forma, o Brasil era escrito e adjetivado de maneira a explicar um possível atraso ou invisibilidade da nação, dessa maneira, o cruzamento das raças era tido como uma questão central para compreender os destinos do país. Tendo em vista essa “representação mestiça” que se tinha no Brasil, várias teorias priorizavam o tema racial na análise dos problemas locais. Assim, foram importadas tardiamente diversas teorias raciais europeias que foram recebidas com entusiasmo por vários estabelecimentos de ensino e pesquisa no Brasil (SCHWARCZ, 1993).

Portanto, é preciso retomar ao surgimento do termo raça, cunhado em meados do século XIX pelo naturalista Georges Cuvierl, que compreende que os diversos tipos humanos apresentam heranças físicas permanentes, isto é, cada povo apresenta características hereditárias que serão passadas adiante. A partir desse momento surgiu um debate sobre as origens da humanidade com duas vertentes opostas sobre essa origem (SCHWARCZ, 1993).

A visão *monogenista* tinha sua concepção baseada nas escrituras bíblicas, acreditavam que a humanidade era una. Segundo essa concepção o homem tinha uma origem comum, pensava-se a humanidade como gradiente que iria do mais perfeito ao menos perfeito. Por outro lado, surgia a concepção *poligenista* como uma alternativa plausível diante da sofisticação das ciências biológicas e a contestação dos dogmas da igreja (SCHWARCZ, 1993).

A versão poligenista acreditava na existência de vários centros de criação, esta versão colaborou com o fortalecimento de uma interpretação biológica, pois dividia os povos e atribuía a cada um uma procedência distinta. Este pensamento foi encorajado, principalmente, pelo nascimento da frenologia e da antropometria no mesmo período, tais teorias passaram a interpretar a capacidade humana levando em conta o tamanho e proporção do crânio e cérebro dos diferentes povos (SCHWARCZ, 1993).

Apenas a partir da publicação do livro “Origem das espécies” de Charles Darwin, em 1859, o conceito de raça ultrapassa os problemas biológicos e se encaminha para as questões de cunho político e cultural:

No que se refere a esfera política, o darwinismo significou uma base de sustentação teórica para práticas de cunho bastante conservador. São conhecidos os vínculos que unem esse tipo de modelo ao imperialismo europeu, que tomou a noção de “seleção natural” como justificativa para a explicação do domínio ocidental, “mais forte e adaptado” [...] O pensamento social da época acabará sendo influenciado por esse tipo de reflexão, reorientando-se antigos debates teóricos. Assim, enquanto a etnografia cultural adaptava a noção monogenista aos novos postulados evolucionistas, darwinistas sociais ressuscitavam com nova força, as perspectivas poligenistas do início do século. Era preciso pensar na antiguidade da “seleção natural” e a nova realidade que se apresentava: a mestiçagem racial (SCHUWARCZ, 1993, p. 74).

A mistura das raças, segundo os poligenistas, passa a ser vista como “degeneração” devido o cruzamento de espécies diversas. Em vista disso, existiam argumentos variados. De um lado teóricos defendiam que o mestiço semelhante a “mula” não era fértil, de outra forma os teóricos deterministas apontavam interpretações opostas, sugerindo a extrema fertilidade dessas populações, pois herdavam apenas características das raças em cruzamento. Contudo, é certo que a miscigenação parecia fortalecer a tese poligenista apontando novos desdobramentos para a reflexão de que as raças humanas deveriam ver na mestiçagem um fenômeno a ser evitado (SCHWARCZ, 1993).

Os modelos deterministas raciais fizeram poucos adeptos na Europa com seu devido pessimismo extremado, mas tiveram muitos adeptos em outras regiões onde vivenciavam a realidade da miscigenação. Especialmente no Brasil se fez uso incomum da teoria original, à medida que a interpretação do darwinismo social se combinou com a

perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as distinções e hierarquias, mas com certos arranjos teóricos era possível pensar na viabilidade de uma nação mestiça. Conforme essas teorias se transformavam no Brasil, os cientistas da época encontravam um espaço privilegiado para a produção e disseminação das ideias e teorias raciais (SCHWARCZ, 1993).

Assim, as particularidades do racismo brasileiro se concentram na importação de teorias racistas europeias excluindo suas duas principais concepções: o caráter inato das diferenças raciais e a degeneração originária das misturas raciais, de maneira a formular uma solução própria para o “problema negro”. A ideia central desse racismo era a concepção de que o sangue branco purificado diluía e exterminava o negro, abrindo espaço para que os mestiços elevassem a “civilizados” (GUIMARÃES, 2009).

Tais produções sobre raça a partir de evoluções distintas foram criadas ideologicamente a fim de explicar a origem e as diferenças dos grupos humanos, contudo, a disseminação dessas ideias serviu de ferramenta para classificar e determinar a posição dos grupos sociais de maneira hierárquica, funcionando como base para o racismo.

Uma das estratégias utilizadas contra a presença negra no Brasil foi a criação de leis migratórias que incentivavam a imigração em grande escala de europeus no final do século XIX, com o objetivo de trazer para o Brasil a mesma quantidade de africanos trazidos pela escravização. Segundo Kowarick (1994), essa população assumia os postos de trabalho da nascente indústria fabril na cidade de São Paulo, bem como na agricultura cafeeira. Já os livres e pobres após a abolição realizavam as tarefas mais degradantes e mal remuneradas ou ocupavam os trabalhos nas áreas cafeeiras decadentes.

Contudo, não havia necessidade de uma mão de obra especializada para realização destas atividades, pois havia um grande número de pessoas no país, como escravos libertos, indígenas e brancos pobres. Assim, ainda que os europeus tenham participado das inovações na economia nacional, a realização das atividades fabris não exigia qualificação profissional e quase não existia imigrantes com experiência prévia na indústria (KOWARICK, 1994).

Dessa maneira, esse processo migratório contribuiu para o fortalecimento da política de branqueamento e a substituição da força de trabalho negra pela branca europeia. A preferência pela mão de obra europeia se baseava principalmente no argumento e

ideias racistas que o negro tinha menos preparo e capacidade que o trabalhador branco, já ajustado ao trabalho livre e as demandas da sociedade de classe (PINTO; FERREIRA, 2014).

Estudiosos e a elite no período republicano motivados pela preocupação com o processo de construção de uma identidade nacional, basearam-se na negação coletiva do passado colonial e suas origens etno-raciais, se distanciando da subordinação de Portugal e a população negra do passado servil por meio do branqueamento.

A tese do branqueamento foi formulada no Brasil por meio da reinterpretação das teorias racialistas europeias citadas acima, havia o ideário de uma nação completamente branca. Munanga (2004) aponta que para o teórico Silvio Romero (1851-1914) o processo de mestiçagem entre as três raças (branca, negra e indígena) resultaria em um povo tipicamente brasileiro. Porém, esse processo de mestiçagem resultou em uma manobra na construção da identidade racial, cultural e levou a homogeneização da sociedade brasileira, proporcionando a predominância biológica e cultural branca e o desaparecimento de elementos que não fossem brancos. Munanga (2004, p. 54) ao tratar da análise dessas teorias racialistas cita Romero quando este afirma que:

Todo brasileiro é um mestiço, quando não é no sangue é nas ideias. Mas não é por isso que o Brasil será uma nação de “mulatos”, porque na mestiçagem a seleção natural faz prevalecer, após algumas gerações, o tipo racial mais numeroso, que no caso do Brasil é a raça branca, graças a intensificação da imigração europeia, ao fim do tráfico negreiro, ao decréscimo da população negra após a abolição e ao extermínio dos índios. Dentro de dois ou três séculos, a fusão entre as três raças será talvez completa e o brasileiro típico, mestiço, bem caracterizado.

Fica nítido que, para Romero, a mestiçagem representa uma fase de transição e que levaria a nação brasileira a ser completamente branca. Os entusiastas dessa tese acreditavam que em após um século só existiriam brancos no Brasil. Assim, o branqueamento seria uma consequência da seleção natural, do êxito dos brancos sobre os negros. Essa seria a condição para que o país fosse tipicamente civilizado.

O intuito da elite brasileira, por meio da ideologia do branqueamento racial, era proporcionar uma transformação na qual a sociedade brasileira fosse composta ao longo dos anos por pessoas brancas e de ancestralidade europeia, proporcionando o distanciamento das matrizes africanas que faz parte da formação do povo brasileiro. Portanto,

servia para justificar a exclusão do negro da sociedade, tendo em vista que a presença da população negra era tida como um obstáculo a ser superado (THEODORO, 2008).

Segundo Piza (2000), o branqueamento pode ser definido como um conjunto de normas, valores e atitudes associadas ao universo branco, e que as pessoas não brancas a utilizam para serem reconhecidas como possuidoras de uma identidade racial positiva. As pessoas não brancas o adotam porque a ideologia do branqueamento racial impõe que do ponto de vista estético, intelectual, moral, cultural e civilizatório é menos pior ser quase branco ou um quase não negro, ao invés de se reconhecer e ser visto como negro.

Dessa maneira, os negros (pretos e pardos) podem não se reconhecer como negros, pois essa ideologia impõe neles uma tentativa de adequação, isto é, para ser de boa índole, merecedor de amor e ser merecedor da companhia do branco, o sujeito negro tem que ser igual. Para tanto é preciso se distanciar de situações que possam aproximá-lo de sua negritude, seja pelo contato com outros negros ou por características do corpo que apontam sua condição racial. Este afastamento contribuiu para a disseminação ideológica da mestiçagem.

A ideologia de que por meio da mestiçagem o país iria melhorar a sua descendência étnica auxiliou, na verdade, a construir o mito da democracia racial. Embora seja evidente a desigualdade racial, social e econômica que afeta a população negra, a elite dominante passou a disseminar que, em função da miscigenação, não existe racismo no Brasil e que havia as mesmas oportunidades para todos as pessoas independente de sua origem racial, ainda diante de um contexto que evidenciava desigualdades.

Segundo Schwarcz (1993), essa formulação sobre a democracia racial iniciou nos anos 1920. Após a primeira guerra mundial o país passou a ter certo apressado pelo que se tinha. Nesse período a arte e a literatura deram os primeiros passos para a valorização de uma brasilidade, ainda que a ciência ainda tivesse que lidar no cenário nacional. Assim, Franz Boas foi um dos primeiros a fazer uma diferenciação entre as características culturais das raciais, com isso, libertou o destino da raça negra de seu aprisionamento biológico. O negro passou a fazer parte e contribuir para a cultura brasileira.

Gilberto Freyre (2006), em sua obra *Casa Grande e Senzala*, elevou as raças antes discriminadas (negra e indígena) a fundadoras do país, equiparando portugueses, negros e indígenas do ponto de vista da contribuição cultural e mencionou o gosto desses

povos pelas trocas sexuais e culturais, principalmente os portugueses. Assim, propagou a ideia de confraternização entre as raças, existente entre senhores e escravos e consequentemente o ideal de miscigenação.

Segundo Munanga (2004), na concepção de Freyre o processo de miscigenação é um fator positivo para corrigir as desigualdades sociais advindas do sistema escravocrata, pois o mestiço ao ser aceito socialmente representaria uma nova concepção do povo brasileiro. Para Guimarães (2009), os argumentos da obra de Freyre citada acima atribui um caráter simbólico aos negros apropriando-os como objetos culturais, símbolos e fundadores da civilização brasileira, contudo, sem afirmar sua cidadania ou direito a ela. Isto permitiu a sociedade brasileira aceitar a população negra, sem a necessidade de incluí-la socialmente de fato, mantendo uma relação hierárquica como a existente no período escravagista.

Portanto, a ideia de que existe uma democracia racial no Brasil foi considerada um mito. Assim, o mito da democracia racial se baseia na dupla mestiçagem, biológica e cultural, entre as três raças originárias e possui um enraizamento na sociedade brasileira, valoriza a ideia de uma convivência harmoniosa entre as raças. Isto permite que as elites dominantes dissimulem as desigualdades impedido que sujeitos não brancos se conscientizem acerca de suas características culturais, que teria contribuído para a construção da identidade própria. Tais características são "retiradas", "dominadas" e são transformadas em símbolos nacionais pelas elites dominantes (MUNANGA, 2004).

Por isso, o racismo no Brasil pode ser compreendido como uma ideologia baseada na crença da existência de raças "naturalmente" hierarquizadas como boas e ruins. O sujeito é definido com base nos aspectos mentais, intelectuais e culturais entendido como característica biológica de determinado grupo racial. Assim, o sujeito não é visto como singular, mas como representante de seu grupo racial. Esta ideologia institui um desequilíbrio entre os grupos raciais, estabelecendo a preservação dos privilégios do grupo racial dominante branco, em detrimento da devastação daqueles que não pertencem ao grupo dominante e são considerados inferiores.

O racismo brasileiro com a população negra baseia-se na relação entre raça e fenótipo, isto é, uma hierarquização em que o grupo fenotipicamente negro é colocado no lugar rebaixado. Essa ideologia é baseada em atitudes discriminatórias que acreditam

que a raça branca-europeia é superior. Sendo assim, está diretamente ligada a percepção, ao julgamento e maldizer contra o negro.

Dessa forma, Munanga (2003, p. 08) define o racismo como:

uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo à qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Ou seja, para o grupo racial negro (pretos e pardos) são destinados historicamente os lugares subalternos, enquanto para os brancos é garantido o pico hierárquico. O Conselho Federal de Psicologia (2017, p. 11) completa:

Esse escalonamento marca suas identidades e seus modos de vida, pois, se o topo, portanto, o ideal, está associado à população branca, ela tem maior probabilidade de constituir-se subjetivamente de forma afirmativa, já a população negra é comumente assolada por uma luta constante e, às vezes, inglória, contra o sentimento de inferioridade e, junto com ele, o de culpa por não corresponder àquele suposto ideal, bem como pelo sentimento de angústia por persistentemente passar por situações de opressão.

Como apontado acima é possível percebermos como os dispositivos legais instituídos antes e depois da escravização contribuem para a manutenção do racismo no Brasil, por meio da concepção de que os negros e negras devam ocupar lugares inferiores. Para Santos (1983), à medida que a sociedade escravocrata transforma o africano em escravo, como um estado natural, o define como raça, determina seu lugar, os modos de tratamento que devem ter e como devem ser tratados, instituindo uma relação direta entre a cor e a posição social de inferioridade.

Em busca de curar a ferida provocada pelo racismo ou para alcançar reconhecimento social, os negros e negras de forma consciente ou inconsciente buscam muitas vezes ser o melhor, ou seja, o mais inteligente, o mais bonito, o melhor

trabalhador. Isso gera um aprisionamento no campo psíquico e de vida, pois, por pressão racista assume o lugar de inferioridade ou de forma reativa assume a posição superior (SANTOS, 1983).

Uma das marcas do racismo é, justamente, a exclusão do(a) negro(a) do mercado de trabalho digno. Afetando essa dimensão essencial da vida o racismo golpeia todas as outras, anulando as possibilidades de ascensão social e de condições de saúde física e psíquica para a pessoa e seus descendentes.

Assim, tanto no período de escravização como nos dias atuais a elite nacional busca dominar física e psiquicamente os negros e negras, por isso era preciso que estes se embranquecessem no corpo e também na mente. Poderia haver duas formas de compreensão do embranquecimento, a primeira como miscigenação entre negros e brancos e aumento dos mestiços. E a segunda como condição, imposta pela pressão cultural da elite branca, de que era preciso negar a si no corpo e na alma para se integrarem (CARONE, 2002). Sousa (1983, p. 2) completa que “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”, deixando marcas profundas que surgem nas memórias de infância.

2.2 Memórias do Racismo

Esta seção abordará o conceito de memória que, segundo Silvana e Zanchett (2019), é formada por um acúmulo de tempos; é um recorte do vivido. Assim, abordaremos as estratégias de memória e de construção do passado que investem no esquecimento de alguns momentos e rememoração de outros e sua importância para compreensão e elaboração do tempo presente. Esta categoria de análise serve para que possamos compreender como as relações racializadas produzem um significado de racismo e seus impactos para o sujeito adulto; e quais foram as estratégias psicossociais utilizadas no enfrentamento ao racismo. Através da memória será possível alcançar a forma que o racismo a brasileira se constitui no imaginário coletivo de uma época e seus impactos no adulto de hoje.

Este é um estudo a ser desenvolvido sobre memórias de infância, para tanto, faz-se necessário um aprofundamento teórico e conceitual sobre o tema. No que se refere à memória, este trabalho se pauta nos escritos propostos pelo frankfurtiano Benjamin (1987a) sobre política da narratividade. Para o crítico, o trabalho com a memória e a rememoração é indissociável de uma reflexão ética e política por parte daqueles que são responsáveis pelo intercâmbio e pela transmissão de experiências. O autor sugere que o trabalho de rememoração deve ser realizado como resposta a um momento de perigo. O perigo, para ele, é de o passado reincidir no presente – mas de que estranha repetição Benjamin está falando?

Em alguns de seus ensaios, tais como *Teses sobre o conceito de história* (1987a), *O Narrador* (1987b) e *Experiência e Pobreza* (1987c), Benjamin trabalha a forma como o trauma induz um tipo específico de experiência subjetiva. O autor observa que a violência traumática é responsável por cindir, separar o sujeito do acesso ao simbólico, em especial a linguagem, ou seja, ele se torna incapaz de assimilar em palavras o evento vivido. E é justamente a impossibilidade de elaborar, de nomear, que conduz a violência a sua repetição. E isso se torna urgente se considerarmos que vivemos em uma região onde as questões raciais passam longe de serem discutidas – muito em virtude do enfoque nas questões indígenas. Assim, Benjamin nos chama a atenção para uma memória traumática, para eventos de violência e sofrimento que são acumulados na subjetividade sem nome, sem gesto e sem palavra.

Nesse sentido, este trabalho visa produzir uma narrativa que se abre, justamente, para esse silêncio que se formou, historicamente, sobre os problemas de raça no Norte, em especial em Boa Vista. Isso porque, como bem explica Benjamin, é através da rememoração que podemos finalmente barrar a reincidência do passado no presente.

A construção coletiva da memória é outro aspecto fundamental para a escrita do presente trabalho. Como realça Pollak (1992), a memória não se restringe a um fenômeno individual, encerrada na pessoa. Em seus estudos sobre memória e identidade social o autor destaca o caráter coletivo da produção ininterrupta da memória, local privilegiado para observação do trânsito e da passagem da história. Podemos afirmar que as variações na memória acompanham as variações nas formas sociais mais amplas.

Pretende-se desdobrar tais reflexões teóricas em um direito e democratização da memória. Para Silvana e Zanchett (2019), as populações que foram historicamente excluídas do acesso ao poder foram também privadas dos bens simbólicos como um direito à posteridade e à memória. A estas é legada uma posição subalterna na história e no passado, sem grande riqueza de detalhes. De forma cheia de sentido, as autoras afirmam:

O direito à memória envolve discussões no âmbito das legitimações, da historiografia, ou seja, do lugar ocupado pelos sujeitos que têm o direito a narrar sua história e daqueles que nela estão inseridos. Trata-se, portanto, de um tema político de poder e representação sobre o qual estamos todos envolvidos, quer seja por inclusão ou exclusão (SILVANA; ZANCHELL, 2019, p. 505).

Portanto, a memória é formada por um acúmulo de tempos; é um recorte do vivido, tendo em vista que sua restituição integral (como as historiografias tradicionais insinuavam) é uma impossibilidade. Desse modo, a discussão passa necessariamente pelas estratégias de memórias e de construção do passado nos diversos tempos históricos, focada nos mecanismos que investem a transmissão de alguns eventos e acontecimentos e o esquecimento de outros. Sendo assim, o trabalho de escrita passa inevitavelmente pela investigação teórica das formas de poder e de dominação escondidas na construção pessoal e coletiva da memória, restituindo o direito à narrativa de alguns grupos historicamente excluídos (SILVANA; ZANCHELL, 2019).

Assim, a memória possui um lugar importante na construção da identidade da criança negra, como será discutido na seção abaixo, pois a partir do lembrar é possível acessar e compreender os impactos da violência racial vivida na infância e, por outro lado, poder acessar os esquecimentos e resistências presentes nestas memórias que podem ser traumáticas e, assim, reelaborá-las.

2.3 Violência Racial na Infância e Identidade

Esta seção abordará o caráter violento das relações raciais no Brasil, como a violência racial se materializa no cotidiano da família, da escola e como são reproduzidas nos espaços públicos, pela sociedade e pelos representantes das instituições. Portanto, o foco é a violência presente no processo de racialização infantil.

Com relação ao fenômeno da violência contra crianças, diversos critérios são utilizados para sua classificação. Vale destacar que toda classificação é uma forma de organização, na qual fenômenos são dispostos em categorias por meio de alguns critérios, contudo, nenhuma classificação supera as especificidades desse fenômeno, assim os vários tipos de violência não são excludentes (MOTTI, 2009). Isto é, uma criança que sofre violência física pode também sofrer violência psicológica.

As várias formas de violência podem ser caracterizadas pelas expressões de negligência e maus-tratos. Conforme a Organização Mundial de Saúde (2002), esta negligência acarreta prejuízos específicos ao desenvolvimento emocional e cognitivo da criança. A violência é definida como omissão dos pais ou cuidadores em suprir suas necessidades básicas, físicas e emocionais, ainda que tenham condições para tal (GUERRA, 2001 *apud* MACEDO; CONCEIÇÃO, 2017).

São incluídos nos maus-tratos a violência física, sexual e psicológica; se trata daquelas situações em que ocorrem ato ou omissão de um sujeito em condição superior e podem gerar danos físicos ou psicológicos. Ocorre violência psicológica em situações nas quais o adulto convence a criança de que ela é indesejada, inadequada e sem valor. A violência física são todas as situações em que se usa da força física de forma intencional para ferir e lesar a vítima. A violência sexual é caracterizada pelo abuso e pela exploração sexual, premeditada e intencional, “trata-se de qualquer relação na qual a vontade do adulto é sobreposta a vontade da vítima, extrapolando os limites de poder, de papéis, de regras sociais, de tabus, de direitos humanos, ultrapassando o que a vítima compreende, consente ou faz” (MACEDO; CONCEIÇÃO, 2017, p. 132).

O fenômeno da violência permeia toda a nossa realidade, bem como toda a história humana. Não houve organização social que não tenha se ocupado de inventar e reinventar funcionalidades específicas para a violência. A exercida contra crianças, em especial, se expressa de várias formas nas mais diversas culturas e são legitimadas e naturalizadas pelas mais variadas cerimônias e ritualísticas de grupo (ASSIS, 1994).

Para Deslandes (1994), a violência contra a criança se caracteriza por toda ação ou omissão dos pais, familiares e instituições, que gerem danos físicos, sexuais e/ou psicológicos. Essa definição também entende o fenômeno da violência como uma deficiência do poder/dever da sociedade e do Estado em garantir a proteção de direitos

mínimos da criança e coincide, para a autora, com a expressão de uma coisificação da infância, ou seja, negação de que a criança deve ser tratada como sujeitos em condições particulares de crescimento e desenvolvimento.

Essa caracterização da violência infantil só foi alcançada por meio da nova forma de organização da sociedade moderna, na qual as crianças se tornaram sujeitos de direito, isto é, cidadãs. Enquanto a violência contra a criança era entendida como forma de relacionamento integrada as funções sociais – cujas formas e explicações variam a cada organização social – na modernidade, com seus ideais de progresso e racionalidade, sua superação está ligada a “pacificação da sociedade” e civilidade. No entanto, essa passagem para a modernidade não significou o fim da violência contra a infância, na verdade ela foi instituída politicamente, naturalizada, legitimada, deslocada para espaços onde sua efetivação é moralmente aceita. É o caso de citar o âmbito pedagógico, no qual a violência tradicionalmente foi usada como uma forma imediata de alcançar determinadas finalidades, como atenção e obediência (MINAYO, 2001).

Essa realidade produzida historicamente deve ser desnaturalizada e deslegitimada para que possamos ter uma compreensão mais aprofundada dos modos como a violência contra a infância, no tipo de sociedade em que vivemos, é praticada, enquadrada e politicamente instituída. Busca-se fazer um percurso crítico que permita compreender a violência contra a infância em sua complexidade e historicidade. Levando em conta que esta é produto de um sistema complexo, que perpassa relações multideterminadas e construídas historicamente. Esta violência envolve diversas realidades sociais que pertencem a uma cultura carregada de valores e representações. Com isso, a multideterminação exige que haja um olhar para distintas realidades sociais, familiares, econômicas, políticas e afetivas, sempre baseadas em uma cultura e organizadas por meio de uma rede de produção de violência (MOTTI, 2009).

É preciso levar em consideração em nossa análise, também o modo como essas violências se relacionam com as questões de raça, classe e gênero. De acordo com Minayo (2001), na modernidade o respeito a criança é fundamental para a existência de sujeitos adultos capazes de fortalecer seus direitos humanos e sociais. Essa perspectiva está ancorada na ideia abstrata de cidadão e de direitos mínimos de cidadania. Por exemplo, nos casos de violência contra crianças, que ocorrem tanto dentro do contexto

familiar como fora, entende-se que ocorre uma violação dos direitos básicos de cidadania, na qual a vítima está sujeita a situações de violência física, psicológica ou sexual (MACEDO; CONCEIÇÃO, 2017). Esse modo de compreensão de que a violência acomete os sujeitos de maneira uniforme está baseada na ideia abstrata de cidadão e faz parte de uma cultura em que as concepções de infância, sexualidade e violência estão descoladas de questões de raça, classe e gênero que estruturam a sociedade.

A violência contra a criança não é distribuída de modo uniforme na sociedade. Existem crianças que estão mais suscetíveis a sofrerem violências específicas de acordo com sua raça, gênero, realidades econômicas e nacionalidades. O que exige ter em perspectiva, por aqueles compromissados em fazer oposição a violência infantil, um olhar específico sobre essas populações; coisa que a visão grosseira das políticas de proteção de direito não permite apreender – é preciso levar em conta que a violência é sempre um fenômeno complexo que necessita ser contextualizado (MACEDO; CONCEIÇÃO, 2017).

Minayo (2001) aponta a violência estrutural como outra forma de violência, esta incide sobre a condição de vida das crianças e através dos determinantes histórico, econômicos e sociais tornam vulnerável seu crescimento e desenvolvimento. Por se apresentar sem a intervenção direta dos indivíduos, esta parece ser “naturalizada” como se não houvesse ação de sujeitos políticos. Esta violência pode ser expressa pelos elevados dados de crianças em situação de extrema pobreza, educação precária, conduzindo vários adolescentes e adultos à marginalidade. Desse modo, é preciso desvendar suas formas de reprodução por meio dos instrumentos institucionais, culturais e relacionais.

As crianças são expostas a diversas violências que acometem principalmente crianças e adolescentes negros. Apesar da existência de leis que garantem o direito a proteção integral de crianças e adolescentes, em função do racismo estes ainda são afetados por um sistema discriminatório. Sendo assim, muitas crianças negras são abandonadas a própria sorte, espancadas e assassinadas em seus lares, ou são recolhidas como infratoras. Estudos apontam que 90% das vítimas de violência infantil são crianças negras (pretas e pardas) (CAMARGO; ALVES; QUIRINO, 2005).

Estudos mostram, ainda, que os índices de crianças e jovens que tem uma morte violenta são muito altos:

quando enfocamos a violência que atinge as crianças e os adolescentes na atualidade, identificamos que 90% do total de vítimas são afrodescendentes (negros ou pardos). No período de 1998 a 2001 a principal causa de morte desta população foram os homicídios, seguidos por outros acidentes e em terceiro lugar os acidentes de trânsito. No segmento de “outros acidentes” são encontradas diferenças significativas, segundo a faixa etária: de 10 a 14 anos encontramos como principal causa de mortalidade os acidentes fatais com arma de fogo. Sendo que na faixa etária de 15 a 18 anos há um acréscimo alarmante de mortes por esta causa, chegando a 400%. Tais índices refletem a precocidade com que as crianças e jovens negros são atingidos pelas mortes violentas (CAMARGO; ALVES; QUIRINO, 2005, p. 10).

Algumas instituições são determinantes no processo de formação da identidade da criança negra. Ciampa (1987) aponta que a identidade é compreendida como uma metamorfose, isto é, como um processo em constante transformação. Esta é o resultado provisório da intersecção entre história de vida do sujeito, contexto histórico e social ao qual está inserido e seus projetos pessoais. A identidade é uma questão política. Dessa maneira, parte-se da premissa que discutir identidade é discutir transformação, visto que se acredita na ideia de que não é possível pensar em uma identidade definitiva, estável. Assim, neste trabalho a identidade é compreendida como ação, processo dinâmico, histórico e político, ou seja, como aquilo que *está* em detrimento daquilo que *é*.

Portanto, a identidade, além de pessoal, é sobretudo social e política, é entendida como uma referência em que o sujeito se reconhece e se constitui. Isto é, está em constante transformação e é construída a partir das relações que ele estabelece consigo mesmo, com o outro e com o meio a sua volta. A categoria identidade é extremamente importante para compreendermos como o indivíduo se constitui, as influências na sua autoestima e forma de existir. Desse modo, para a compreensão das relações raciais é importante o conhecimento da maneira como a pessoa negra desenvolve sua identidade, principalmente em contextos sociais adversos de racismo e discriminação (FERREIRA, 2000).

É possível compreender as relações raciais considerando que as interações entre os seres humanos estão perpassadas por relações de poder e manutenção de interesses, que se observa na desigualdade entre a população negra e a população branca. A disseminação do mito da democracia racial e o racismo velado afasta os sujeitos de uma compreensão dos determinantes históricos, em vantagem da falsa ideia de convivência harmônica entre as raças. Esta versão predispõe aos sujeitos, de maneira

ideológica, os seus papéis determinados na sociedade. Em diversos espaços a visão ideológica propagada pelo mito da democracia racial encontra-se enraizada e reflete no pensamento social. Estas implicações refletem na dificuldade de formação da identidade negra, uma vez que esta fica encoberta pelo moreno, mestiço (PINTO, FERREIRA, 2014).

Ao negro recai em primeiro momento o olhar para a sua cor da pele, ou seja, o fato de ser negro nunca é esquecido e suas diversas características são vistas de maneira secundária diante do seu pertencimento racial. Ele é, antes tudo, negro. Isto não acontece com o branco, como padrão sua identidade não é questionada. Grande parte da população negra e branca introjetou o ideal de branqueamento. Esse ideal, de maneira inconsciente, interfere na formação da identidade negra, pois o sentimento de pertencimento ao grupo racial negro tende a enfraquecer. Também interfere na formação da autoestima, pois a população negra interioriza os preconceitos que são projetados contra eles e passam a desenvolver sua conduta a partir dos valores culturais da esfera dominante branca (MUNANGA, 2004).

Assim, o corpo ou a imagem corporal é um dos componentes fundamentais na construção da identidade. A identidade do sujeito depende principalmente da relação que ele cria com o seu corpo. Muitas vezes um corpo que não consegue ser perdoado, absolvido do sofrimento que inflige o sujeito, torna-se um corpo odiado, perseguidor, visto como foco constante de ameaça de morte e dor. É dessa maneira que muitas vezes a criança negra não se representa, não se enxerga como negra (BENTO, 2004).

Por conseguinte, são atribuídos aos seres humanos por meio de seus grupos diversas características e marcações que serão internalizadas, em maior ou menor grau, algumas podem até ser rejeitadas em certos momentos. Esse processo é chamado de socialização primária que segundo Berger e Luckmann (1999) oferece os primeiros elementos para identificação do sujeito, são eles: ser homem, mulher, espanhol, brasileiro, pobre, rico, negro, branco, filho etc.

É necessário destacar a importância da socialização primária na construção da identidade da pessoa negra, pois geralmente a família e a escola² reproduzem valores negativos referentes ao grupo racial negro e, muito provavelmente, transmitirão esses

² A escola é o espaço de socialização secundária e será discutida na próxima seção

valores para as crianças, não os questionando e contribuindo para a perpetuação de estereótipos e preconceitos acerca da pessoa negra.

Ferreira (2002, p. 72), corrobora que:

se assumirmos que as interações sociais são processos constitutivos das identidades pessoais, situações como a da família que silencia acerca de suas características etnoraciais podem favorecer a introjeção de valores negativos de uma forma tácita, não só por parte da pessoa que se coloca no "outro grupo" mas, o que é mais dramático, pelo próprio afrodescendente em relação a si mesmo. Identidades assim constituídas conservam a incapacidade de desenvolver atitudes afirmativas quanto às especificidades raciais.

O estudo autobiográfico realizado por Maria Teixeira e Daiane Cruz (2020, p. 7), duas mulheres negras, aponta vivências de situações racistas no cotidiano, especificamente no ambiente familiar como expressado abaixo:

Logo no início da minha vida, percebia, por meio das muitas comparações com as primas, que eu não era nada bonita. Sempre ficava acinzentada nos joelhos e cotovelos. Meu cabelo era "duro", minha cara achatada e o formato arredondado da cabeça era um conjunto de características que me tornavam "feia". [...] Alguns conselhos eram "bem intencionados", antes que eu tivesse consciência do que eles traziam em si. "Toda manhã você lava o rosto três vezes e aperta o nariz, é uma simpatia para que ele fique mais fino", dizia uma tia experiente. "Corta o cabelo dessa menina só na lua minguante, senão ele vai encher mais". E havia os avisos: "Não arrume um namorado preto, de preto já basta a gente", "Larga de ser boba, gente assim não gosta de preto". Falas guardadas na gaveta da minha memória que sempre voltariam à tona, confirmando a formação de uma péssima autoimagem. [...] No início, o reconhecimento não estava em nenhuma princesa da Disney, ou da Turma da Mônica, ou das animações de televisão, que fossem de fato negra, com traços e cabelos iguais aos meus. Nem tampouco da boneca símbolo de "perfeição": a Barbie, que atendia aos padrões brancos. Ou nos muitos livros infantis que eu lia. A beleza não estava na cor negra, que também parecia não existir nos contextos das brincadeiras do universo infantil. Se havia uma brincadeira de faz de conta e todos se organizassem em personagens para dramatizar, eu não poderia ser a personagem Mônica, por exemplo, que arrancava olhares e risadas, já que "não existe Mônica preta!".

Portanto, em meio às violências vivenciadas pelas crianças negras, está à negação do direito a uma imagem positiva, que tem um efeito danoso particularmente sobre a autoestima das meninas negras, principalmente, pela importância que a valorização estética tem sobre a condição feminina em nossa sociedade. Assim é possível afirmar que a autoimagem da criança negra é construída nas relações estabelecidas com membros da família, grupo escolar e outros grupos sociais. Estas

interações são mediadas por padrões, práticas, crenças e normas de toda sociedade e determinará como a criança elabora e organiza suas referências e isso repercutirá na formação da sua identidade. É nas interações que as crianças podem internalizar estereótipos negativos ligados a população negra, vinculados na imprensa e também reproduzidos no espaço escolar. Assim o processo de construção da sua identidade é perpassado por ideias que desvalorizam suas características raciais (SOUZA, LOPES, SANTOS, 2007).

Contudo, é importante ressaltar os avanços em decorrência das resistências e luta da população negra. Que por meio da luta antirracista chegou ao espaço escolar e aponta que a criança negra precisa se enxergar como negra aprendendo a respeitar sua imagem, isso é possível por meio de modelos que confirmem essa expectativa. Por isso, intervenções por meio de livros didáticos e de literatura que tenham famílias negras bem sucedidas, por exemplo, heróis e heroínas negras, são essenciais (SOUZA, LOPES, SANTOS, 2007).

Assim, como consequência a criança negra poderá valorizar seus traços fenotípicos e conseqüentemente sua autoestima, pois, as demais crianças, num contexto de respeito e de valorização da figura da população negra na escola, poderão ter uma percepção positiva e desenvolver um tratamento de igualdade para com a criança negra. Assim, a criança negra sentirá que sua etnia é respeitada em todas as suas singularidades, contribuindo para a sua autoaceitação e construção harmoniosa de sua identidade (SOUZA, LOPES, SANTOS, 2007).

Portanto, as vivências de violência racial na infância geram impactos psicossociais que podem ser danosos à construção da identidade da criança negra. Embora haja avanços com relação à valorização dos traços raciais negros, contribuindo para aceitação e construção de uma identidade positiva, ainda é recorrente relatos de situações racistas vividas na infância. A escola, como segundo ambiente de socialização da criança, é um espaço em que a violência racial muitas vezes se propaga, como discutido na seção abaixo.

2.4 Memórias de Racismo na Escola

A escola, como parte essencial da sociedade, expressa a cultura na qual está inserida, como também manifesta a necessidade de lidar com a diversidade do público que se apresenta. A educação não consiste apenas no desenvolvimento das capacidades cognitivas, mas também deve propor o desenvolvimento afetivo, social, e de relações interpessoais visando à construção de um olhar mais amplo e crítico. A partir disso, a educação de maneira inclusiva possibilita apreender e versar as inúmeras formas de ser, bem como de aprender as diferenças identitárias que constituem os sujeitos (CROCHÍK *et. al*, 2013). Nesse sentido, a escola deve ser um lugar que proporcione o enfrentamento das desigualdades que estão presentes na sociedade e, portanto, no contexto escolar.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a distância de escolaridade entre negros e brancos é de 2,3 anos, diante dos níveis de escolaridade e para que haja uma igualdade entre brancos e negros seriam necessários dezessete anos. A partir desse dado é possível notar que o sistema educacional inviabiliza a permanência de alunos negros na escola (PEREIRA, 2015). Outro fator é a reprodução de discursos racistas dentro do contexto escolar, muitas vezes ancorados nas relações sociais antes do início da vida escolar.

O segundo ambiente de socialização das crianças é a escola, que reflete os processos sociais em que o sujeito está inserido, a qual é estruturada por meio de ideias preconceituosas, atitudes de discriminação e práticas racistas. Resultando em relações sociais entre grupos em que a imagem do negro foi construída através de um imaginário que o tornou alvo de referências negativas, portanto, é esperado que os efeitos psíquicos sobre esse sujeito afetem diretamente sua identidade (BERGER; LUCKMANN, 1999).

Por isso, sua autoestima é prejudicada devido a desqualificação, inviabilização e negação dos traços pertencentes à raça negra. Esta negação pode se manifestar em atitudes da criança negra, com a rejeição e insatisfação com o próprio corpo, que podem ser expressados através da anulação dos seus traços de pertencimento racial. As crianças também podem passar por situações de rejeição dos seus colegas, apresentar

sentimento de inferioridade e insegurança diante de situações que já encontraria competências para solucionar (BERGER; LUCKMANN, 1999).

Ribeiro (2019, p. 24) aponta que ao ser inserida no contexto escolar passou a escutar alguns xingamentos - “neguinha do cabelo duro”, “neguinha feia” – então, o não ser branca passou a ser colocado como um defeito o que resultou em questões de autoestima, e a querer se adaptar para passar despercebida. Assim, o mundo apresentado para os negros desde a inserção escolar é o dos brancos, no qual a cultura europeia é tida como superior e ideal a ser seguido. A autora notou, durante seu período escolar, que suas colegas brancas não necessitavam pensar sobre o lugar social da branquitude, ao passo que as “crianças negras não podem ignorar as violências cotidianas, enquanto as brancas, ao enxergarem o mundo a partir de seus lugares sociais de privilégio acabam acreditando que esse é o único mundo possível” (RIBEIRO, 2019, p. 24).

A partir do momento que uma menina ou menino negra(o) se insere no contexto escolar o processo de exclusão racial baseado na estética começa a operar. Muitas vezes cabelos crespos são sinônimos de preconceitos, este seria tudo menos cabelo. Os cabelos crespos/cacheados “ganham” apelidos como “depósito de piolho”, “Bombрил”, “Assolam”, “ninho de urubu”, entre outros. O cabelo do negro e negra passa a ser a extensão do racismo que este sofre (CARVALHO, 2015).

Segundo Gomes (2002, p. 44), “existem, em nossa sociedade, espaços sociais nos quais o negro transita desde criança, em que tais representações reforçam estereótipos e intensificam as experiências do negro com o seu cabelo e o seu corpo. Um deles é a escola”. Tendo em vista que essas crianças negras estão em plena fase de desenvolvimento e interação social, os conflitos com relação as suas características fenotípicas criam mecanismos que podem resultar na não aceitação como sujeito negro, ao passo que também pode proporcionar uma identificação com sua cultura e identidade negra (CARVALHO, 2015).

Numa tentativa de camuflar os traços raciais, mulheres com cabelos crespos acabam recorrendo a procedimentos químicos e físicos durante a infância e adolescência como alisamentos, pente de ferro quente, relaxamentos e afins, numa tentativa de tornar

seus cabelos “aceitos” e o mais próximo possível ao ideal branco. Pois a cor da pele não se pode mudar, já o cabelo sim. Portanto, mudar o cabelo crespo para liso é um procedimento conhecido tradicionalmente que objetivam modificar de maneira temporária o formato do cabelo crespo/enrolado (GOMES, 2002).

Teixeira e Cruz (2020) corroboram por meio de relatos das suas vivências de infância relacionadas ao cabelo dentro do ambiente escolar:

Na infância, o cabelo sempre foi uma marca muito profunda em minha vida. Naquela época, um crespo de muito volume que merecia tranças e mais tranças, para manter-se “alinhado”; sempre foi motivo de alguma fala sarcástica ou maldosa, na maior parte do tempo no próprio seio familiar. “Tem de dar um jeito no cabelo ruim dessa menina! Passar um produto”. Dizia uma tia, enquanto eu gritava e chorava desesperada no dia de desembaraçar os cabelos. [...] Um pouco mais tarde, ainda criança, as falas se tornariam “Por que não fez uma escova no seu cabelo? Ou por que não fez uma trança?”. Nos salões de beleza então, era bem comum ouvir “E esse cabelo, hein?!”, “Quanto cabelo! Vamos ficar aqui o dia todo”, “você sabe que o seu cabelo não dá para ficar tão liso da primeira nem da segunda vez, né?”. Morria de vergonha, é claro! Mas, sabia desde muito cedo que “Para ficar bonita tem que sofrer”. [...] O cabelo parecia ter vida e destaque acima de mim, era ele quem definia meu status social, minha beleza, minha identidade. E foi por um sentimento de culpa pelo cabelo natural, que com meus dez anos, passei a alisar corriqueiramente os cabelos e me sentia cada vez mais orgulhosa de conseguir deixá-los bonitos. Passei anos a fio em procedimentos capilares com intenção de alisar o cabelo com químicas, chapas, secadores etc. Todavia, das tranças às químicas, todos os processos são demarcados pelos conflitos das relações étnico-raciais.

Situações como estas são recorrentes e, como citado acima, estão diretamente ligadas à dificuldade de reconhecer-se negro em uma sociedade na qual nunca houve uma democracia étnico-racial. Assim, na nossa sociedade ao reconhecer seu pertencimento étnico percebe-se o outro a partir das diferenças que marcam os indivíduos. Se na nossa sociedade o fenótipo define as possibilidades de cada indivíduo e se for negro(a) não garante igual acesso a todas as possibilidades, então, identificar-se negro não é uma tarefa fácil (CARVALHO, 2015).

Se o branco tem acesso facilitado a tudo que a sociedade pode oferecer pela sua cor da pele, então porque se definir como negro(a) se isso acarreta prejuízos? Esse questionamento pode ser entendido a partir da negação ou dificuldade de parte da população negra em definir sua identidade, tendo em vista que a negação da sua

identidade é uma forma de consolidar a possibilidade de acesso a setores da sociedade que se estruturam por meio do pertencimento étnico-racial (CARVALHO, 2015).

Carvalho aponta que:

a não aceitação ou a falta de identificação da pessoa como negro faz o indivíduo ter dificuldades para a luta contra a discriminação racial que ele sofre no cotidiano, pois quando não há esse autorreconhecimento o indivíduo passa a não ter uma referência para se apoderar contra os preconceitos, esse indivíduo acaba se tornando um alvo fácil dos processos de discriminação racial a partir do momento em que os racistas procuram vitimizar com mais ênfase, aqueles que não se omitem em se identificarem etnicamente (CARVALHO, 2015, p. 17).

Assim, afirmar sua identidade étnica quer dizer fazer parte de um grupo de pessoas que conhecem exatamente quais os caminhos devem ser trilhados com relação a luta pelo espaço de poder na sociedade, bem como é definir a qual grupo étnico pertence e direcionar ações de maneira coletiva que buscam a melhoria da sua condição social, econômica e política e de seus pares (CARVALHO, 2015).

Assim sendo, a escola tem um papel importante no processo de construção da identidade da criança negra. Esta deveria ser um meio de prevenção e diminuição de preconceitos. Contudo, as pesquisas revelem que a escola é um espaço de manutenção das ideologias vigentes, que desqualificam e desfavorece a criança negra, que percebe uma rejeição a sua raça. Como exemplo, em datas comemorativas de Dia das Mães no geral são ilustradas famílias brancas, em rodas de leituras as personagens principais são brancas, o que faz com que a criança negra não se reconheça nestas atividades. Embora, haja a lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, uma conquista do movimento negro, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", há uma ausência da figura negra no contexto escolar (SOUZA, LOPES, SANTOS, 2007; BRASIL, 2003).

3 INTERSECCIONALIDADE: OBSERVAÇÕES PARA PENSAR O RACISMO

Esta seção abordará o conceito de interseccionalidade tendo em vista que este é indispensável para compreensão ampla do racismo. A interseccionalidade é um conceito cunhado por Crenshaw (2002) que busca abarcar as consequências estruturais da interação de duas ou mais categorias de subordinação, ou seja, as formas como o racismo, a discriminação de classe e o patriarcado criam desigualdades que definem as posições relacionadas as mulheres, raças e classes. Nesse sentido, esse conceito nos proporciona compreender que as vivências de racismo são particulares e diretamente ligadas a intersecção de outras desigualdades políticas.

3.1 Discutindo Interseccionalidade: Raça, Classe e Gênero

Algumas categorias são fundamentais neste estudo para a compreensão ampla da violência racial na infância, tais como, classe e gênero. Este trabalho se baseia no conceito de interseccionalidade tendo em vista que não é possível pensar o racismo enquanto categoria analítica dissociado das desigualdades de classe e gênero. Como proposto por Collins (2019), a interseccionalidade pode ser definida como uma “abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas” (COLLINS, 2019, p. 460).

Dessa forma, a discriminação de classe parte da concepção de que em todos os âmbitos da vida o rico é superior ao pobre. Já a desigualdade de gênero se baseia no pressuposto ideológico da existência de uma identidade de gênero superior, a do homem hétero, e que as demais, mulheres, gays, lésbicas, transsexuais, bissexuais e outras, são inferiores (CRP, 2017). Essas duas formas de desigualdade política são fundamentais para a compreensão do racismo no Brasil.

O termo racismo institucional foi cunhado e divulgado pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, em 1967. Refere-se as prioridades e escolhas de uma gestão e como estas privilegiam ou negligenciam

alguns aspectos, provocando condições desfavoráveis de vida para a população negra e indígena, corroborando o imaginário social do negro(a) como inferior e por outro lado servindo de alavanca social para os brancos(as). Ou seja, o racismo institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que privilegia determinados grupos de acordo com a raça (ALMEIDA, 2019).

A prática de racismo institucional tem como consequência as violações de direitos dos grupos raciais subalternizados. Ele é efetivado nas estruturas públicas e privadas do país, e essa prática é marcada pelo tratamento diferenciado, desigual, indicando uma falha do Estado em garantir uma assistência igualitária aos diferentes grupos sociais (ALMEIDA, 2019).

Segundo Almeida (2019, p. 30), essa concepção é considerada um avanço para os estudos sobre relações raciais, pois amplia a concepção de que o racismo vai além de um comportamento individual. As instituições regulamentam e estabelecem padrões que devem conduzir as práticas dos sujeitos, alinhando seus modos de pensar, comportamentos e preferências. Assim, “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” e decorrem das relações de poder e disputa entre os grupos que almejam tomar o domínio da instituição.

Tais relações de poder fortalecem a hegemonia de determinados grupos, mantendo seus interesses sociais, econômicos e políticos, e assim, estabelecendo condutas e regras que são naturalizadas. O domínio exercido por estes grupos é baseado em ações discriminatórias pautadas na raça, determinando as normas culturais e sociais que são colocadas como uma única possibilidade civilizatória de sociedade. Isto é exemplificado nos cargos de prestígio e poder dominado por homens brancos como, judiciário, legislativo, ministério público, diretoria de empresas e reitorias de universidade. Estes precisam dessas normas e regras que dificultam que negros tenham acesso a esses espaços (ALMEIDA, 2019).

Os princípios discriminatórios são produzidos e divulgados de maneira vasta, de tal forma que naturaliza essa posição dos grupos dominantes e elimina a discussão sobre as desigualdades de raça, classe e gênero. Almeida (2019) aponta uma concepção estrutural do racismo diretamente ligada ao racismo institucional que determina suas regras a partir de uma ordem social previamente estabelecida. Isto é, o racismo é

compreendido como uma consequência da estrutura da sociedade que normaliza e estabelece padrões e regras baseadas nos princípios discriminatórios de raça. Portanto, o racismo faz parte de um processo histórico, político e social que elabora mecanismos para que pessoas e/ou grupos sejam discriminados de forma sistemática.

Assim, as condições sociais permitem ou não que esses grupos acessem os lugares de cidadania, desse modo, não se trata de afirmar as experiências individuais, mas de compreender que o lugar social em que se encontram alguns grupos restringe oportunidades. Isto é, uma mulher negra passará por experiências diferentes de uma mulher branca em decorrência de sua localização social, assim, o gênero será vivenciado de forma distinta (RIBEIRO, 2019).

Segundo Crenshaw (2002, p. 171):

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Desse modo, esses eixos geralmente se inter cruzam, acarretando intersecções complexas de dois ou mais eixos de subordinação (raça, classe, gênero, sexualidade), e provocam formas distintas de experienciar as opressões. As mulheres racializadas muitas vezes se encontram na posição em que o racismo, a classe e o gênero se encontram (CRENSHAW, 2002). As categorias raça, classe e gênero são construídas socialmente e nos constituem, nesse sentido, para compreensão do racismo em Boa Vista/RR, é necessário levar em consideração estes marcadores, tendo em vista que não é possível pensar sobre relações raciais desconsiderando que esta é atravessada por outras desigualdades.

Silva (2004, p. 220) aponta que:

o racismo como expressão de violência é um ato de terror, suas ameaças aterradoras provocam perturbações cotidianas no(a) negro(a). A polícia, quando aborda o homem negro – mais suscetível a isso que a mulher negra –, já o coloca sob suspeita pelo simples fato de ser negro. Quando acorda – isso às vezes nem é consciente –, o(a) negro(a) já se prepara para viver uma luta cotidiana, porque vários assédios raciais irão acontecer ao longo desse dia. Mesmo que se acredite que as ameaças

racistas não se cumprirão, isso não faz com que desapareça o pavor de viver a humilhação, pois seu corpo carrega o significado do execrável, que incita e justifica a violência racial. O racismo sobrevive num “vir a ser” interminável. Você dorme e acorda, e ele está presente (SILVA, 2004, p. 220).

Nesse sentido, Silva (2004) aponta que a população negra está numa condição de alerta constante para se proteger do terror que vem de todos os lugares, desde seus territórios mais seguros até os sonhos. Portanto, as mulheres e homens negros são afetados de maneira distintas pelo racismo, pois a mulher negra passa também pela opressão de gênero (RIBEIRO, 2019).

Segundo Lélia González (1984), o racismo é formado como um sintoma que caracteriza o símbolo cultural brasileiro e articulado ao sexismo produz efeitos sobre a mulher negra. Historicamente para a mulher negra não cabia ser sexo frágil, pois seu trabalho de escrava e as explorações vividas não poderia ser comparado a ideia da mulher branca e frágil que deveria ser protegida e, por isso, mantida no espaço particular da casa. Assim, a separação dada por feministas brancas de espaço doméstico e espaço de trabalho não era prioridade. Bento (1995) aponta que a situação da mulher negra é considerada potencialmente mais difícil, pois representa a intersecção de duas categorias de desigualdades que carregam processos discriminatórios distintos: a raça e o gênero.

Nesse sentido, o Feminismo Negro surge como um campo epistêmico e político vinculado a negritude desafiando as formas de dominação de uma sociedade branca e masculina e tensionando a produção de conhecimento desse grupo. Segundo bell hooks (2018) a maior intervenção para mudar a agenda política do feminismo foi reconhecer o racismo nas vidas de meninas e mulheres negras. Enquanto o olhar priorizava apenas o gênero, as mulheres brancas eram o centro das discussões sem espaço para sororidade entre as vivências e experiências.

O feminismo traz uma contribuição importantíssima, do ponto de vista de uma visão de mundo. Mas as feministas também são formadas para desconhecer as desigualdades raciais. Formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial. E aí, contraditoriamente, ainda que o movimento feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada na reprodução das desigualdades, não consegue perceber como as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva da recriação constante dos mecanismos de discriminação racial (BAIRROS, 2008, p. 3)

Para Moreira (2017, p. 12), “a luta das mulheres negras é comprometida com o resgate das suas histórias, recriando em suas potencialidades a tentativa de buscar mudanças que permitam novas experiências relacionais de poder na sociedade”. O Feminismo Negro contribui principalmente para questionar a visão eurocêntrica, ocidental e universal das mulheres, na qual o feminismo branco se fundamentava; isso não significa que os termos “mulher” e “menina” tenham deixado de ser úteis, porque é indispensável que sejam entendidos como conceitos que referenciam múltiplas vivências (KYRILLOS, 2020).

De acordo com Sueli Carneiro (2011, p. 2):

um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

Quando as mulheres negras reivindicaram uma nova perspectiva de se olhar para as questões de gênero, explicitaram que as opressões impostas pelo sistema sexista e patriarcal são elementos que não podem ser vistos de maneira separada. Bem como os marcadores classe, raça e idade que determinam diretamente os modos pelos quais os sujeitos estabelecem sua relação social, o que se torna essencial pensar o contexto social de maneira interseccional. Desse modo, “as feministas negras brasileiras, então, inauguram no país um debate em que é possível [...] articular distintas formas de dominação e posições de desigualdade acionadas nos discursos regulatórios” (OLIVEIRA, 2018, p, 35).

Segundo Sueli Carneiro (2013) a luta das mulheres negras no enfrentamento a opressão de gênero e de raça resultou em novos delineamentos para a ação política feminista e antirracista, enriqueceu tanto a discussão da questão racial, quanto a questão de gênero na sociedade brasileira. Essa nova perspectiva feminista e antirracista, ao ir de encontro com as tradições de luta do movimento negro e a tradição de luta do movimento de mulheres, possibilita essa nova identidade política resultante da condição específica do ser mulher negra.

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2013).

Assim, para enegrecer o movimento feminista brasileiro é necessário estabelecer na agenda do movimento das mulheres a importância da questão racial na configuração de políticas demográficas. Também é importante a caracterização da violência contra mulher a partir do conceito de violência racial como um ponto determinante nas violências sofridas por metade da população feminina do país que é não branca; bem como introduzir a discussão sobre as doenças com prevalência na população negra como fundamentais para formulação de políticas públicas na área da saúde; e, ainda, instituir críticas as formas de seleção de mercado de trabalho, tais como “boa aparência” que mantêm privilégios e desigualdades entre mulheres negras e brancas (CARNEIRO, 2013).

As mulheres negras são estereotipadas como corpo hipersexualizado. As mulheres negras também são as mais afetadas, segundo o Mapa da Violência 2015 o feminicídio de brancas caiu 9,8% de 2003 a 2013, enquanto, neste mesmo período o feminicídio de negras aumentou 54,2% (WAISELFISZ, 2015). Roraima apresenta altos índices de violência contra as mulheres. Em 2018, aconteceram 31 homicídios de mulheres no estado de Roraima, o que corresponde a uma taxa de 10,4 homicídios para cada 100 mil mulheres – a taxa mais alta do país naquele ano.

Cerca de 60% das vítimas de feminicídio eram negras, 55% tinham de 20 a 39 anos e 70,7% haviam estudado apenas até o nível fundamental, que é o perfil dos grupos menos favorecidos de nossa população. No mesmo ano, a taxa de violência doméstica registrada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) foi de 94 casos/100 mil mulheres e a taxa de estupro foi de 88/100 mil mulheres. Em 75,9% dos casos os agressores eram conhecidos das sobreviventes de violência e 62,6% das sobreviventes (FBSP, 2020, p. 5).

Para melhor compreensão das desigualdades impostas as mulheres negras, se faz necessário uma retomada ao contexto histórico tendo em vista que as construções afetivas das mulheres negras carregam marcas desde o período de escravização do Brasil.

Sabe-se que desde o período colonial, em decorrência da escravização, eram impostas as mulheres negras tratamentos desumanos sendo vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial; entretanto, estas violências foram romantizadas e colocadas no imaginário popular e identidade brasileira como fruto da miscigenação, que resultou na “democracia racial” (CARNEIRO, 2013). Assim, seus sentimentos não eram validados, sua afetividade não poderia ser expressa, tendo em vista que as mulheres negras não tinham o direito de escolher com quem gostariam de se relacionar, mas deveriam estar sempre à disposição do “seu senhor”, isto criava uma necessidade de pensar em estratégias de resistência e tentativa de manutenção da família (SILVA, 2016).

Segundo bell hooks (1995) as mulheres negras não tinham a oportunidade de construir uma família a partir dos laços afetivos, esta era umas das formas de negar o direito de exercer sua identidade, bem como de sentir e ser tratada como um ser humano com seus próprios sentimentos. Suas vidas eram reduzidas à força de trabalho, mão de obra, dominação, exploração sexual e total servidão sem qualquer expressão pessoal.

A exaltação sexual voltada às mulheres negras é apontada por Carneiro (1995, p. 546) como “uma espécie de justificação dos senhores à violência sexual imposta sobre as mesmas”. Para Ângela Davis (2016, p. 39), um elemento particular em relação ao tratamento dado às mulheres escravizadas diz respeito a passarem por situações de

exploração independe do gênero, seja na forma de opressão e nos atos de resistência. Assim, é importante destacar que:

os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupradas. Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituído durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros (DAVIS, 2016, p. 39-40).

Desse modo, a exploração sexual das mulheres negras escravizadas não estava apenas vinculada a dominação do corpo para prazer sexual, mas também como o exercício do poder. O estereótipo de que as mulheres negras seriam meros objetos sexuais ainda se perpetua. Essa ideia da representação do corpo da mulher negra é colocada por hooks (1995, p. 469):

[...] mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas 'só corpo, sem mente'. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as 'mulheres desregradadas' deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.

Portanto, os corpos das mulheres negras foram desprovidos de emoções e sentimentos em razão de sua objetificação desde o período escravista que ainda reflete na sua aceitação em relacionamentos sólidos baseados na afetividade.

Desse modo, é possível afirmar que o tratamento dado às mulheres brancas e negras é diferenciado, assim, a análise das relações afetivas vivenciadas por mulheres negras parte disso. É possível notar que as mulheres, nesta pesquisa, passaram por diversas situações em que o gênero e raça estavam presentes, tais como situações relacionadas a estética cabelo, cor da pele, e ainda a preterição as mulheres brancas nos

relacionamentos amorosos. Portanto, para elas restaria serem consideradas meros objetos sexuais e viverem solitárias, construindo famílias monoparentais.

Esta percepção social sobre a mulher negra ainda presente nas nossas relações se constitui uma forma de violência. Carneiro (2003, p. 122) aponta que:

[...] há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima.

Por fim, os discursos ideológicos machista e racistas estruturam a problemática da solidão da mulher negra, vista por muito tempo como mercadoria. Nossa sociedade ainda sente dificuldade de se desvincular dessa visão que a reduzia à serviçal ou à escrava sexual. Sob esta perspectiva a imagem da mulher negra não estaria relacionada a afetividade, mas apenas a erotização, prostituição e escravização; por outro lado as mulheres brancas atenderiam ao papel de mulher ideal para o casamento, junto a uma exaltação da beleza da mulher branca (CARNEIRO, 1995).

Quando fazemos um recorte de classe Santos (2009) aponta que do ponto de vista da formação da população brasileira as camadas sociais vão embranquecendo à medida que sua condição social vai crescendo na pirâmide. Por isso, ao falar das pessoas que estão na base da pirâmide social se fala de pobreza, a qual se encontra a grande parte da população negra. Como citado no primeiro capítulo, durante a formação do Estado brasileiro as elites privilegiaram a mão de obra imigrante em detrimento da mão de obra nacional. Assim, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, ao invés de eliminar as desigualdades raciais as intensificaram.

Por isso, raça e classe são recortes importantes para compreensão das desigualdades raciais, mas essa relação não é dicotômica e sim integrada; constitui a sutileza do racismo à brasileira. No mercado de trabalho o racismo se manifesta no salário desigual com relação aos brancos, que determina a capacidade de consumo inferior aos brancos, expressando uma explicação para a pobreza da população negra (SANTOS, 2009).

Os homens negros, além da sexualização, são vistos como bandidos. O Atlas de Violência 2019 aponta o aumento da desigualdade racial segundo os indicadores de

violência do Brasil. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios no Brasil foram pessoas negras. Entre os anos de 2007-2017 a taxa de homicídio dos negros cresceu 33,1%, enquanto a dos brancos cresceu apenas 3,3% (IPEA, 2019).

O Relatório Anual de Desigualdade Racial no Brasil de 2009-2010 aponta que os negros(as) se encontram em desvantagem ao acesso de recursos e bens, como é possível notar nos indicadores de mortalidade, no acesso as políticas públicas de saúde, ensino etc., na introdução no mercado de trabalho, condições de vida e acesso ao poder institucional. Como por exemplo vemos principalmente homens brancos nos poderes judiciário, no legislativo, no ministério público, na diretoria de empresas e nas reitorias de universidades, podemos notar aqui o racismo e desigualdade de gênero operando.

Enquanto, por outro lado, os homens negros são maioria no sistema penitenciário brasileiro e brutalmente perseguidos pela polícia – é preciso lembrar que há um número significativo de presos sem julgamento e ainda por atos que são considerados insignificantes voltados para a garantia de sobrevivência. Estas pessoas são presas sem terem feito algo que significativamente justifique o aprisionamento, eles estão nessa condição, muitas vezes, por serem negros e pobres. Uma outra forma de exemplificar as desigualdades entre os negros em relação aos brancos é a diferença salarial, é possível notar que à medida que um negro se alcança uma ascensão socioeconômica cresce as situações de discriminação e com ela a diferença salarial dos negros em relação aos brancos como citado acima.

A discriminação racial também está presente entre aqueles que ocupam os mesmos postos de trabalho. Uma pesquisa feita pela psicóloga e estudiosa das questões raciais no Brasil, Maria Aparecida Silva Bento (1995), aponta para a existência principalmente do racismo interpessoal entre trabalhadores dos mesmos postos de trabalho, ou seja, ela se refere ao tratamento dado aos negros e as relações interpessoais estabelecidas entre negros e brancos, assim, a autora chegou à conclusão de que a brancura é um elemento de privilégio em si. As condições desfavoráveis nos diversos âmbitos da vida da pessoa negra em relação a branca foram apontadas em várias pesquisas, ainda quando negros e brancos ocupam a mesma classe social. Isto prova que a ideia de que o problema do negro no Brasil é uma questão de classe não se

sustenta, pois como citado acima há um contexto histórico de escravização da população negra e posteriormente uma série de negação de direitos, racismo e discriminação.

Desse modo, o racismo no Brasil configura-se de diversas formas e materializa-se em várias situações, desde os modos de morrer ao acesso à educação, trabalho e moradia, em todas essas dimensões há sofrimento psíquico que impedem a ascensão social da população negra.

4 MEMÓRIAS DE INFÂNCIA

A partir do roteiro de entrevista semiestruturada foram realizadas quatro entrevistas com pessoas que viveram a infância em Boa Vista, capital de Roraima, e se autodeclararam negras. Os nomes dos sujeitos da pesquisa foram substituídos por nomes fictícios a fim de resguardar o sigilo, de acordo com os procedimentos éticos de pesquisa descritos abaixo. Dessa forma, serão apresentados os quatro entrevistados(as), Joana, Dandara, João e Francisco. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2021, e cada uma teve em média 40 minutos de duração de gravação. No quadro 1 segue a caracterização dos sujeitos da pesquisa:

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Quadro 1 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa – idade e período da infância

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Período da infância em Boa Vista
Joana	25 anos	Feminino	Ensino Superior	1996-2009
Dandara	49 anos	Feminino	Mestrado	1978-1985
João	26 anos	Masculino	Ensino Superior	2002-2008
Francisco	38 anos	Masculino	Ensino Médio	1983-1996

Fonte: pesquisa de campo.

O primeiro ponto da entrevista, além de fornecer informações importantes sobre as memórias da infância, também proporcionou a elaboração da caracterização dos sujeitos. Foi ressaltado também o período que viveram a infância em Boa Vista, para

apreender a possível existência de diferenças de acordo com o período que viveu a infância.

A primeira entrevistada é Joana, mulher, negra, 25 anos, solteira, sem filhos, graduada por uma universidade pública. Atualmente possui emprego na sua área de formação. Filha de pais separados, não possui irmãos e tem uma história marcada pela pobreza, na qual raça, classe e gênero se interseccionam e potencializam os mecanismos de discriminação, aos quais, juntamente com sua mãe, foi submetida. Conseguiu ascensão socioeconômica através dos estudos. Segundo sua narrativa nasceu e sempre residiu na cidade de Boa Vista e viveu a infância, compreendida entre o nascimento e doze anos de idade, entre os anos de 1996 e 2008 em Boa Vista como apontado no relato abaixo:

Sempre morei em Boa Vista desde que eu nasci. Eu nasci em 1996, minha mãe é mãe solo na verdade ela ficou com meu pai até quando eu tinha uns 5 anos mais ou menos. Eu sempre morei... a minha família sempre foi muito humilde. Principalmente eu e minha mãe que eu considero meu núcleo familiar. Minha mãe sempre trabalhou muito [...] E aí a minha mãe sempre trabalhou muito para me manter, muito mesmo, tanto que ela tinha uma bolsa, eu sempre estudei em escola particular desde que eu era criança, eu só fui para escola pública no nono ano do ensino fundamental e só fiz o nono ano [...] Ela sempre trabalhou muito, ela trabalhava em dois horários, trabalhava de manhã e de tarde e de noite ela estudava, ela fazia faculdade, então eu sempre fiquei muito tempo com minha tia. [...] Minha mãe passava pouco tempo em casa quando eu era criança justamente por causa disso, porque ela trabalhava demais (JOANA).

Teve uma infância pobre, por isso, sua mãe trabalhava bastante para garantir seu sustento. Também aponta que foi uma criança sozinha, mas tinha muito amor da família, principalmente da sua tia que tomava seus cuidados.

A segunda entrevistada, Dandara, mulher, negra, 49 anos, casada, possui duas filhas. Teve uma infância atravessada pela pobreza, na qual necessitou se deslocar da cidade natal com a família em busca de melhores condições de vida. Graduada e mestre por uma universidade pública, possui emprego fixo. Filha de pais separados, possui irmãos brancos e negros. Distante das discussões raciais, teve uma construção de identidade negra tardia apenas quando ingressou no mestrado. Veio de outro estado aos 5 anos junto com a mãe e os irmãos em busca de melhores condições de vida. Chegou

na cidade com idade escolar período em que iniciou a socialização, pois antes ficava sozinha em casa quando a mãe ia trabalhar, como relatado abaixo:

A gente tinha uns parentes aqui, falaram que aqui era bom, tinha muitas possibilidades de trabalho né e condições de vida melhores que lá no meu estado, aí acabamos ficando aqui mesmo. [...] a mamãe veio logo na intenção de me botar logo na escola, porque já estava no período de estudar acho que eu já tinha 5 pra 6 anos, aí tá, foi me matriculou né aí comecei a estudar, aí foi quando eu consegui me socializar mais na escola, porque lá onde a gente morava, como ela trabalhava [...] ela tinha que medo de me deixar com outras crianças [...] Ai eu não tinha socialização direito com outras crianças né, porque ela tinha medo, sei lá de fazer algum mal, aí isso dificultou a minha questão da sociabilidade com outras pessoas né, a integração porque eu ficava totalmente isolada assim, eu não brincava, não conhecia o que era brinquedo, não sabia escrever, não sabia estudar porque não tinha acesso a essas coisas... (DANDARA).

O terceiro participante, João, homem, negro, 26 anos, homossexual, sem filhos. Cresceu em uma família de classe média. Sua família é inter-racial, mas passou por muitas situações de racismo na convivência familiar que o fez se perceber como negro desde pequeno. Iniciou a vida escolar assim que sua família se instalou na cidade. Possui uma infância marcada pelas opressões de gênero e raça, como expressa no relato abaixo:

[...] eu cheguei acho que tinha 6 anos por aí e fui morar na casa de um tio meu e minha irmã já tinha vindo pra cá, ela veio primeiro e aí a gente ficou [...] vendendo as coisas e viemos de carro para Boa Vista [...] aí a gente chegou já na casa desse meu tio que morava já aqui em Boa Vista [...] Depois não lembro o que aconteceu, mas acho que a gente se mudou pra uma outra casa que meu pai tinha comprado essa casa, uma casa bem simples e aí a gente foi morar lá e aí eu comecei a estudar. [...] Eu acho que a minha infância toda eu sempre fui chamado de neguinho pelas pessoas, eu acho que amigos do meu pai, conhecidos sempre me chamavam de neguinho e tal [...], mas eu acho que a minha vivência de infância sempre vinha junto além da racialização tem também a questão da sexualidade, então, eu sempre fui uma criança afeminada, sempre tive jeitos femininos. Então a minha experiência sempre esteve atrelado a isso também, então além da questão da raça também tinha a questão da sexualidade (JOÃO).

O quarto entrevistado, Francisco, homem, negro, 38 anos, casado, possui uma filha. Filho de pai militar da Polícia Militar, sua família é numerosa composta por ele e

mais nove irmãos, sete homens e duas mulheres. Sua mãe é missionária em uma igreja e associa isso a boa criação que tiveram, como aponta no relato abaixo:

Eu nasci aqui mesmo em Boa Vista Roraima, sou de uma família de... meu pai era ex-militar, falecido agora, policial militar, 30 anos de carreira. A minha família é constituída de pai e mãe, somos nove irmãos, oito homens e duas mulheres, todos graças a Deus do mesmo pai né, então, nós vivemos em uma família que sempre lutamos pelos nossos objetivos, graças a Deus o ensinamento foi de boa qualidade, uma educação boa, que nossos pais transmitiam pra gente, hoje minha mãe é missionária da igreja também, congregação em outra cidade e, por isso, foi morar lá. E assim graças a Deus viemos de uma criação boa, pra viver mesmo em sociedade, eu e meus irmãos nunca tivemos envolvimento com nada graças a Deus. Por onde nós passamos a amizade sempre prevalecia (FRANSCISCO).

Portanto, compreende-se que os sujeitos entrevistados são dois homens e duas mulheres. Uma entrevistada possui mestrado, dois completaram o ensino superior e um o ensino médio. Estes viveram a infância em Boa Vista em períodos diferentes, o que permite apreender a vivência do racismo em diferentes períodos do tempo. Joana, Dandara e Francisco tiveram a infância marcada, além do racismo, pela pobreza e desigualdade de gênero. As duas entrevistadas mulheres são filhas de mãe solo, que tinham que trabalhar mais e por isso não conseguiam cuidar integralmente das filhas. Suas respostas assinalam ainda outros pontos importantes que serviram de base para pensar as categorias de análise que serão expostas a seguir.

4.2 CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

A partir das respostas frente aos pontos abordados na entrevista foi possível identificar quatro categorias que orientam a análise. Em duas das quatro categorias foram criadas duas subcategorias para cada. Abaixo se encontra um quadro com as categorias emergentes e suas respectivas subcategorias:

Quadro 2 - Categorias e subcategorias criadas a partir das entrevistas transcritas.

Categorias	Subcategorias
1 Impactos psicossociais do racismo vivido na infância	1.1 Características fenotípicas e autoestima 1.2 Representatividade
2 Racismo na escola	
3 Repercussão das vivências do racismo ao longo da vida	3.1 Amor para quem?
4 Estratégias psicossociais utilizadas no enfrentamento ao racismo	

Fonte: pesquisa de campo.

Na primeira categoria foram explorados alguns impactos psicossociais do racismo vivido na infância, por meio da identificação das situações racistas que atravessaram os sujeitos de pesquisa e como estas afetaram a formação da identidade. Na segunda são apresentadas as vivências de racismo na infância dentro do contexto escolar. Já na terceira categoria foi explorado como a vivência do racismo repercute ao longo na vida, com destaque para a preterição das mulheres negras nos relacionamentos amorosos. E por fim, na quarta categoria são discutidas algumas estratégias psicossociais utilizadas no enfrentamento ao racismo.

4.2.1 Impactos psicossociais do racismo vivido na infância

É possível compreender que o racismo pressupõe a existência de hierarquização das raças, em que no imaginário do racista a raça é constituída por um grupo social com traços culturais, linguísticos que considera inferior ao que ele pertence e considera que os atributos intelectuais de um grupo são consequência das características físicas e

biológicas (MUNANGA, 2003). Isto é, para o grupo racial negro são destinados os lugares subalternos enquanto o branco ocupa o topo hierárquico e este escalonamento marca a suas identidades e modos de vida.

As vivências de racismo impactam significativamente na construção da identidade de pessoas negras, além de deixar marcas psíquicas e muitas vezes, relegar as crianças negras a situações de vulnerabilidade socioeconômica. A infância é uma fase da vida marcada pelo desenvolvimento das habilidades de socialização, principalmente da formação de uma imagem de si e construção identitária. As crianças negras muitas vezes têm sua autoestima prejudicada por experenciar situações de desqualificação e negação dos traços raciais, que podem ser expressos na rejeição e insatisfação com o corpo. Também podem apresentar sentimentos de inferioridade e insegurança (MUNANGA, 2004; BENTO, 2004; SOUZA, LOPES, SANTOS, 2007; (BERGER; LUCKMANN, 1999). Dessa maneira, a partir dos resultados obtidos nas entrevistas, foram criadas duas subcategorias para análise: características fenotípicas e autoestima e representatividade.

4.2.1.1 Características fenotípicas e autoestima

Uma leitura detalhada das entrevistas realizadas com os quatro sujeitos possibilitou estabelecer alguns pontos em comum e outros divergentes presentes nos relatos. Estes pontos estão relacionados principalmente a negação dos traços raciais, dificuldade de autodeclaração racial e de construção da identidade, vivência de racismo dentro da família e falta de consciência racial. Relatos de situações racistas relacionadas a estética, especificamente ao cabelo surgiram nas falas nas duas participantes mulheres e de um homem como expressos nos relatos abaixo:

Eu sofri bastante *bullying* por causa do meu cabelo, muito, muito, muito mesmo. Eu lembro de várias coisas, primeiro que não ia [para escola] de cabelo solto, eu só fui usar meu cabelo solto mesmo cacheado na universidade. Quando eu tinha cabelo cacheado antes de alisar eu usava ele sempre preso, porque as experiências que eu tive com meu cabelo solto era *cabelo de bombril, ai que cabelo feio, teu cabelo tá assanhado, molha ele. E a minha mãe sempre deixava meu cabelo muito molhadinho, ela fazia uns cachinhos assim... e pessoal falava: "ah cabelo de tonhonhoim" [...] todo mundo passava a mão no meu cabelo, isso me incomodava muito o fato de tipo, todo mundo queria colocar a mão no meu cabelo quando meu cabelo estava tipo de molinha*; nessa época eu tinha uns 5, 6 anos,

eu era bem novinha. Aí só ia para a escola de cabelo rabo de cavalo e eu sentia muita inveja das meninas que iam com o cabelo grande, porque as meninas tinham cabelo grande e loiro (JOANA).

Eles [colegas de turma] me chamavam de cabelo de bombril né, essas coisas assim, como é que é? Nega do cabelo duro né, sabe, nesse tempo existia. Eu ficava brava, *p da vida*. Eu não reagia, eu ficava só chateada né, ressentida né, mas não reagia [...] Não tinha para quem recorrer, nem falava nada pra mamãe nada, nem comentava. Era tipo a normalidade, doía, mas só se fosse na hora, nem passava pela minha cabeça. Hoje porque eu tô me lembrando né, mas naquele tempo, criança né, criança não guarda né muita coisa, fica naquela hora magoada, chateada, mas depois não fica com aquela magoa entendeu? (DANDARA)

A minha mãe era cabeleireira, então qualquer coisa era “corta o cabelo”, então eu acho que eu cresci não sabendo cuidar do meu cabelo, não sabendo mexer no meu cabelo cacheado sabe? E tendo a pressão de que eu tinha que ter um cabelo liso sabe? E eu acho que isso com certeza mexeu muito com a minha autoestima e eu acho que reverberação até hoje assim, mas eu acho que tipo, acaba que depois de um tempo, de criar um pouco mais de conhecimento em relação a isso eu acabo buscando empoderamento, tentando me amar mais e militando contra o que a minha mãe fala em certos comentários, apesar de achar já que ela entende, mas é difícil demais pra ela introjetar e talvez parar de fazer certos comentários, toda vez que ela fala eu dou uma militada pra ela se tocar, mas hoje isso tem ficado menos frequente esse tipo de comentário assim (JOÃO).

Joana aponta que quando tinha por volta de 5 e 6 anos as pessoas passavam a mão no seu cabelo e teciam comentários racistas sobre a forma dele, entre eles cabelo de *Bombril*³, cabelo tonhonhoim⁴, ou mesmo cabelo feio. Estes comentários a incomodava, então, enquanto tinha o cabelo crespo o usava sempre amarrado. Também aponta que sentia inveja das meninas que tinha cabelo liso.

A fala de Dandara também aponta para experiência de ser chamada por expressões racistas na infância, disse que a chamaram de cabelo de Bombril, nega do cabelo duro. Isso a deixava ressentida, chateada, mas que ela não reagia, não guardava mágoa. Também aponta que não tinha a quem recorrer e estas falas pareciam normal naquele período. Dandara viveu a infância entre os anos de 1978-1985 período em que as discussões sobre raça e racismo já aconteciam no Brasil, contudo, é possível inferir que pelo histórico racista ainda não tinha o alcance que temos atualmente, especialmente em uma cidade pequena do Norte, distante dos grandes centros intelectuais em que estes debates aconteciam.

³ Nome de uma marca de esponja de aço.

⁴ Expressão utilizada para se referir a textura do cabelo enrolado

Na mesma perspectiva, João aponta que passou por situações relacionadas ao cabelo em sua família, sua mãe era cabelereira e que durante sua infância sempre era alertado para cortar o cabelo, sentia pressão de ter um cabelo liso e, por isso, cresceu sem saber como cuidar do seu cabelo. Aponta que isso gerou um impacto na sua autoestima até os dias atuais, contudo, por meio do conhecimento pode buscar empoderamento, inclusive, para rebater os comentários de sua mãe.

O corpo ou a imagem que se tem dele é um dos elementos decisivos para construção da identidade. A identidade do sujeito depende da relação que se construiu com ele. O cabelo, formato de nariz, a cor de pele e lábios servirão de representação negativa que se construiu e se assentou desde a escravização. Assim, essa noção de corpo para o povo negro é carregada de significados sócio-históricos. O corpo preto e suas características, que carrega a representação racial, é utilizado de maneira ideológica e racista como mecanismo de classificação de inferioridade. Portanto, esse mecanismo de inferiorização pode ser notado nos relatos acima, em que muitas vezes um corpo que não consegue ser perdoado, absolvido do sofrimento que inflige o sujeito, torna-se um corpo odiado, perseguidor, entendido como lugar de ameaça, morte e dor (BENTO, 2004; GOMES, 2002). É dessa maneira que muitas vezes a criança negra não se vê como negra e mergulha em uma tentativa de negação dos elementos que a constitui, iniciando pelo cabelo, como expresso nos relatos abaixo:

[...] Aí eu chegava em casa e colocava o pano na minha cabeça pra fingir que eu tinha cabelo grande e liso e etc. Eu vivia com pano, podia tá calor e eu tava com pano na cabeça em casa. E as pessoas sempre falavam isso que é cabelo tonhonhoim, era cabelo de bombril, era cabelo feio, que a Joana não é bonita. (JOANA)

[...] Eu alisava, desde que eu comecei a trabalhar que eu alisava o cabelo. Eu fui começar trabalhar eu acho que eu tinha uns 17 anos por aí [...] Eu usava produtos que alisava, mas na infância eu alisava com produtos que eu inventava, as minhas amigas me ensinavam, aí colocava aqueles produtos caseiros e eu fazia, por conta que a gente é mais aceita na sociedade né, quando tem esse padrão de beleza né, da mulher branca, cabelo liso e tal [...] Com cabelo alisado eu me achava mais bonita, eu achei que eu era mais aceita (DANDARA).

O cabelo parece ter vida e destaque acima dos sujeitos entrevistados, é ele quem define *status* social, a beleza, a identidade. Recorrer ao alisamento pode estar relacionado ao sentimento de culpa pelo cabelo natural, e apenas alisando conseguiriam deixá-los “bonito”. Joana e Dandara passaram anos a fio em procedimentos capilares com intenção de alisar o cabelo com químicas, chapinhas. Todavia, essas alternativas são demarcadas por conflitos das relações étnico-raciais. Nesse sentido bell hooks aponta que:

Dentro do patriarcado capitalista – o contexto social e político em que surge o costume entre os negros de alisarmos os nossos cabelos –, essa postura representa uma imitação da aparência do grupo branco dominante e, com frequência, indica um racismo interiorizado, um ódio a si mesmo que pode ser somado a uma baixa autoestima (HOOKS, 2005, p. s/n).

Bell hooks (2005) completa que em uma pesquisa um número considerável de mulheres apontou que alisar o cabelo é uma estratégia de sobrevivência, pois seria mais fácil de funcionar na sociedade com o cabelo alisado, os problemas diminuiriam ou “daria menos trabalho”. Contudo, independente da forma que as mulheres negras escolhem individualmente usar o cabelo, a opressão racista e sexista afeta o grau de auto-amor e de uma relação agradável consigo. Assim, as preferências individuais (de aceitação ou negação), não devem camuflar que a realidade de uma obsessão por alisar o cabelo negro implica psicologicamente o impacto da colonização racista.

Nesse sentido, Munanga (2004) aponta que a população negra enfraquece ou não desenvolve seu sentimento de pertencimento racial e isso também interfere na formação da autoestima, isto porque a população negra pode interiorizar os preconceitos que são projetados contra eles e passar a desenvolver sua conduta a partir dos valores culturais da esfera dominante branca, como expresso no relato de João:

Eu acho que eu não entendia muito bem, eu não gostava de ser podado daquela forma, porque eu queria deixar o cabelo crescer e isso nunca foi permitido, e aí eu não entendia o porquê, eu ficava atrelando a tipo “aí eu acho que é porque homem não pode ter cabelo grande”; aí depois que eu fui entender que o meu cabelo não é liso, e aí eu acho que isso foi algo que realmente dificultou no meu processo de autoimagem e autoaceitação de uma forma bem intensa assim, que eu acho que hoje é meu trabalho de desfazer isso sabe (JOÃO).

João aponta que se sentia tolhido por sua mãe na infância por ela não deixar seu cabelo crescer. Sem justificativas para proibição, João, buscava uma resposta e imaginava que poderia estar ligada ao homem não poder usar cabelo grande. Contudo, após um tempo entendeu que sua mãe não o deixava usar cabelo grande por ele não ser liso. Aponta que isso dificultou na construção de uma imagem positiva sobre si, bem como de aceitar seus traços raciais. Como coloca Gomes (2002, p. 7) na citação abaixo:

em alguns casos, é o cuidado da mãe, a maneira como a criança é vista no meio familiar, que lhe possibilita a construção de uma autorrepresentação positiva sobre o ser negro/a e a elaboração de alternativas particulares para lidar com o cabelo crespo. Diante disso, podemos inferir que saber lidar, manusear e tratar do cabelo crespo está intimamente associado a estratégias individuais de construção da identidade negra.

Assim, é possível inferir que a dificuldade de João para desenvolver o senso de pertencimento racial pode ter iniciado no processo de socialização primária. Segundo Beger e Luckmann (1999), nesse período são atribuídos aos seres humanos, por meio das relações de grupo, diversas características que serão internalizadas em maior ou menor grau. Portanto, este momento é essencial para a construção da identidade da pessoa negra, pois a família muitas vezes reproduz valores negativos referentes ao grupo racial negro e, provavelmente, transmitirão esses valores para as crianças, não os questionando e contribuindo para a perpetuação de estereótipos e preconceitos acerca da pessoa negra.

Eu acho que eu sofri mais racismo dentro de casa do que fora, porque o meu pai era negro e minha mãe nem tanto. Minha mãe veio de uma família de classe média alta ...ela tinha pai negro e mãe indígena, mas ela nasceu clara e com o cabelo liso, então isso acabou fazendo com que ela não fosse tão racializada e o meu pai já era mais negro, inclusive o casamento não era muito bem visto pelos meus avós, que eram pais da minha mãe, eles não permitiam que o casamento fosse, inclusive eles tiveram que fugir de casa para poder casar. Então, a minha mãe nasceu nesse ambiente bem racista né?! Que acabou construindo ela né, de que “a não negro não pode, é pobre...deixa pra lá a gente já tem um pouco mais de condição, não pode se envolver”, um pouco nesse discurso assim, então eu acho que a minha mãe ela acaba tendo várias atitudes racistas mas meio que inconsciente, fazendo comentários tipo “faz serviço de branco, corta esse cabelo tá feio, tá muito grande” as vezes colocando meio que a desculpa que tá feio mas justamente porque é um

cabelo não liso, por isso é algo que tem que ser cortado pra não ficar tão aparente (JOÃO).

Aí com certeza, então eu acho que nesse processo assim eu acho que eu sempre fiquei um pouco aquém em relação a mim mesmo sabe, eu sempre fiquei ... acabou machucando a minha autoimagem, dificultando a minha autoimagem, então eu sofri um processo muito difícil de auto estima por conta desse tipo de não aceitação dentro de casa sabe? (JOÃO).

João aponta que passou por situações racistas mais dentro de casa do que fora. Pois sua mãe veio de uma família de classe média, ainda que a mãe não fosse branca. Aponta que sua mãe cresceu numa família racista, que acreditava que tinha dinheiro e por isso não deveriam se relacionar com pessoas negras. Por isso, acredita que sua mãe tem diversas atitudes racistas, mas de maneira inconsciente.

Segundo Ferreira (2002), a família que silencia o sujeito com relação as suas características étnico-raciais pode favorecer a introjeção de valores negativos em relação a si. Assim, identidades construídas dessa maneira sugerem a incapacidade de desenvolver atitudes afirmativas quanto o grupo racial negro. O que aconteceu com Joana que, ao passar pela falta de aceitação dentro de casa, aponta que teve dificuldades na construção da sua autoimagem e autoestima.

[tive trabalho para] me empoderar os meus traços, da minha ancestralidade e acabar criando essa identificação e amor por mim mesmo e por todo esse processo de alienação da minha cor, de quem eu sou, da onde eu vim, se enxergar como um homem negro [...] (JOÃO).

eu acho que eu tinha uns 6 ou 7 anos, a primeira vez com que eu entrei em contato com minha cor de pele, porque eu nunca tive a percepção de que eu era negra, de que a minha cor de pele me fazia diferente de outras pessoas, então eu achava que eu era feia, por isso que todo mundo dizia que eu era feia, eu não me achava legal, era isso, mas eu nunca achava que era por causa da minha cor de pele, eu acho que eu só tive essa percepção de racismo durante o ensino médio, mas até então eu nunca tinha tido [...] Eu nunca me declarei como negra [preta], até a universidade eu era parda, morena clara, eu falava: -ah, eu sou morena, mas eu tenho a pele mais clara. O que eu fazia bastante como forma de compensação mesmo é que eu via meninas no ônibus quando eu ia para a escola eu via meninas negras com o cabelo cacheado e eu tinha o cabelo alisado, e eu pensava nossa como essa pessoa tem coragem eu sou escura, mas meu cabelo tá liso. Eu só me percebi como negra na universidade [...] (JOANA).

João, Joana e Dandara apontam suas dificuldades com relação a identificação racial na infância. João disse que teve um trabalho para se emponderar dos traços raciais

devido todo processo de alienação vivido na infância como aparece na sua fala. Joana aponta que desde a infância não tinha a percepção de que era negra, não atrelava os comentários racistas a sua cor, mas individualizava acreditando que era feia e que não era legal. Apontou que apenas se declarou como preta no período da faculdade, antes disso dizia que era morena por ter a pele mais clara. O cabelo alisado funcionava para amenizar seus traços negros e ser mais aceita em suas relações.

Assim, a partir das falas acima é possível constatar que o racismo deixa marcas na construção da identidade da pessoa negra. Isto é, se reconhecer enquanto pessoa negra é um processo doloroso, que muitas vezes passa pela negação, mascaramento das características étnicas. Foi possível constatar, segundo as entrevistas, que a população negra em Boa Vista/RR passa por uma série de violências e discriminações raciais para, enfim, chegar - ou não - ao processo de valorização de seus traços raciais negros.

4.2.1.2 Representatividade

Carvalho (2015) aponta que identificar-se como negro não é tarefa fácil, isto porque vivemos em uma sociedade que o fenótipo define as possibilidades de ascensão de cada sujeito, em que a população negra não tem garantia. Se o que é representado de maneira satisfatória é o ideal branco, se reconhecer como sujeito negro torna-se um processo difícil e doloroso como apontado no relato de Joana:

[...] falando em princesas me lembrei agora que outra coisa que me marcou muito na infância foi o fato de não ter algo com quem me identificar, não tinha uma princesa negra que as pessoas gostassem, quando a gente ia brincar as meninas diziam que eu era Jasmine, mas eu odiava ela porque falavam que era a princesa mais feia, mas é a que tem da sua cor então você vai ficar com ela. E meu sonho era ser a bela adormecida porque ela era loira dos olhos azuis e eu sofri muito por causa disso. [...] E isso me deixava muito mal mesmo, não tinha uma princesa negra bonita que as pessoas gostassem, [...] achava a cor de pele feia, as características faciais dela feia e as personagens negras que tinham eu achava feia também porque eu me sentia feia. Era difícil ter representação negra e quando tinha eu achava feia, eu falava: eu quero ser a bela adormecida, a princesa loira dos olhos azuis, eu já cheguei a chorar muito (JOANA).

Joana aponta que sua infância foi atravessada pela falta de representatividade negra. Ao brincar com suas colegas tinham poucas bonecas negras e estas não eram consideradas bonitas. Ela era colocada para ser a princesa negra, contudo, não queria pois não era vista como bonita pelas suas colegas e era a única que sobrava durante as brincadeiras. Se sentia mal por não ter uma boneca negra considerada bonita pelas amigas. Confessa que era muito difícil ter uma representação negra e quando existia ela achava feia, como as colegas ao seu redor também achavam. Gomes (2002) aponta que o modo como é percebido o tom de pele pelas crianças negras é influenciado pela exposição a apenas um tipo físico, e isto pode contribuir para o preconceito com relação a cor da pele negra, já que o valorizado é a pele branca.

Dornelles e Marques (2015) ressaltam que as preferências das crianças pelo biotipo branco são estabelecidas não apenas por identificação, mas sobretudo são capturadas por uma identificação imposta pela cultura que restringe os marcadores de moda e beleza. Dentre desses marcadores de beleza impostos, em grande parte pelas mídias, quase não estão presentes as marcas da negritude. Esta identificação que é imposta com o biotipo branco pode ser percebida na fala de abaixo:

[...] Eu lembro que eu sempre fui muito religiosa, graças a Deus agora não mais, quando eu era criança tinha uma historinha que as pessoas contavam na igreja que era da menina que pedia para Deus pra ter os olhos claros, detalhe que a menina era branca do cabelo preto e ela queria ser loira dos olhos claros. Me contavam muito essa história que ela orava pra Deus toda noite para amanhecer com os olhos verdes. E eu orava muito pra Deus pedindo: 'Deus eu quero amanhecer sendo uma menina branca dos olhos claros e me sentir bonita'. Eu lembro que eu sonhava muito, eu sempre tive muito sonhos que eu acordava num outro corpo e que as pessoas pensavam: 'meu Deus que menina bonita!'. E isso foi bem frequente, essa relação com a aparência (JOANA)

Numa tentativa de se adequar ao padrão racial branco Joana aponta que reproduzia uma história ouvida na igreja que frequentava em que deveria pedir a Deus em oração antes de dormir para amanhecer branca e com olhos azuis. Aponta que assim se sentiria bonita, inclusive, teve diversos sonhos em que isso ocorria e as pessoas a elogiavam.

Com isso, é possível compreender como a construção de uma identidade racial negra pode ser dificultada pela falta de representatividade que se tinha naquele período. Gomes (2002) aponta que as situações vividas na infância podem reverberar durante toda a vida, inclusive na autoestima. Uma das maneiras da criança estabelecer a autoestima é a partir do outro, tais como cuidadores, colegas da escola, pessoas adultas que convivem com ela. Assim, a subjetivação à autoestima da criança negra muitas vezes provém de alguma ação ou omissão do adulto de referência, porque “a maneira como a escola, assim como a nossa sociedade, vê o negro e a negra e emitem opiniões sobre o seu corpo, o seu cabelo e sua estética, deixa marcas profundas na vida desses sujeitos” (GOMES, 2002, p.4).

Um dos impactos psicossociais do racismo está justamente na utilização de mecanismo psíquicos de defesa como a negação. Ou seja, afetados pelos impactos do racismo e numa tentativa de enfrentar situações de discriminação vividas, utilizam da negação para se reestabelecer psicologicamente, como no relato abaixo:

[...] naquela época graças a Deus as pessoas aceitaram o nosso modo de pensar, nossa cor da pele, graças a Deus nunca tivemos nenhuma discordância, mas nossos amigos sempre crescemos juntos, dava oportunidade pra gente crescer graças a Deus, quanto a isso ocorreu da melhor maneira possível (FRANCISCO).

O entrevistado continua:

Olha eu sou uma cara que sou bastante tranquilo nessa parte né, devido a nossa criação de ter aquele... as pessoas hoje agem né, de forma mais agressiva né, de não aceitar a maioria das pessoas... fica tímido devido a situação né, assim eu sempre tive a consciência do que eu sou, o que vale hoje é o caráter, esse aí ninguém se compra não, mas já vem desde a nossa infância né, o caráter, tem pessoas que não se abatem com qualquer coisa com qualquer coisa graças a Deus. Era mais devido a amizade né, mas assim nunca foi pra nos abater né graças a Deus foi tranquilo. nunca levamos pra outro lado não, sempre levamos pro lado de que a gente assim, a gente aceita né, de que a gente tem que aceitar, tem pessoas que são mais, nessa parte se abate mais né, mas jamais ... porque devido a apelido, conhecimento, amizade ... ser chamado desse, pelos amigos, esportivo assim, sempre me chamaram mais sempre levei na esportiva, nunca notei nenhuma falta de respeito, mas sempre respeitando as pessoas que hoje é meio difícil né, encontramos situações assim que na maioria das vezes entristece a gente [...] (FRANCISCO)

A fala de Francisco aponta para a negação das vivências de racismo como uma maneira de se proteger, mas também aponta que o seu caráter está acima das suas

características raciais. Isto porque, em decorrência do racismo a população negra são atribuídas características negativas, como uma associação direta do negro a pessoa de conduta duvidosa, aquela que não tem caráter, assim, ele precisa afirmar que tem, que é uma pessoa de “bem”. Também surge no seu relato experiências com apelidos referentes a sua cor da pele, em que aponta levar na esportiva, contudo, ainda nessa fala afirmar que deve aceitar, como se não soubesse ou pudesse contestar tais apelidos, que poderia gerar muito sofrimento.

[...] graças a Deus viemos de uma criação boa né, pra viver mesmo em sociedade, eu e meus irmãos nunca tivemos envolvimento com nada graças a Deus. Por onde nós passamos a amizade sempre prevalecia, sou uma pessoa assim bastante educada também né tenho aquelas situações da pessoa se... então foi de uma educação muito boa mesmo que nossos pais transmitiam mesmo, então agradeço muito né hoje tenho uma esposa graças a Deus também, uma filha, tem 7 anos da minha cor também [...] (FRANCISCO).

Francisco aponta sua criação como boa, que ele e seus irmãos foram bem educados. Esse relato sugere que para os homens negros resta serem delinquentes, bem como há uma responsabilização individual quando as pessoas negras se tornam “ruins”. Nesse sentido, os homens negros no Brasil são criminalizados, destituídos de seus direitos. A população negra foi criminalizada desde a abolição da escravatura, diante da criação de leis racistas, e falta de políticas públicas reparadoras para mais de quatrocentos anos de escravização. Quando Francisco afirma que é uma pessoa de bem e que teve uma boa educação é uma forma de se defender da sociedade que deixa morrer a população negra.

Francisco também relatou que nunca notou ter passado por alguma situação de racismo, ainda que fosse chamado pelos amigos por apelidos relacionados a sua cor da pele:

Olha até a idade de hoje se eu passei [por racismo] passou despercebido, não prestei atenção, [...] assim me chamavam de negão, essas coisas assim, neguinho devido a cor, mas graças a Deus nunca me abateu né?! [...] Ser chamado desse jeito pelos amigos, era esportivo, sempre me chamaram, mas sempre levei na esportiva, nunca notei nenhuma falta de respeito, sempre respeitando as pessoas que hoje é meio difícil né, encontramos situações assim que na maioria das vezes entristece a gente (FRANCISCO)

É possível inferir que os apelidos relacionados a cor da pele de Francisco, como, negão ou neguinho, em alguma medida pode ter causado sofrimento, mas como um mecanismo de defesa nega e afirma que levava como brincadeira. Esta como abordada anteriormente pode ser entendida como uma estratégia psicossocial de enfrentamento ao racismo. Segundo Gonçalves Filho (2004) utilizar do mecanismo de defesa da negação é uma forma de encarar a humilhação e o sofrimento produzido pela política da violência racial vivida historicamente. Para Benjamim (1987a) essa violência traumática por vezes é responsável por cindir, separar o sujeito do acesso ao simbólico, em especial a linguagem e torna-se incapaz de assimilar em palavras o evento vivido.

Assim, não cabe um jugo a população negra que se defende dessa maneira tendo em vista que em algum nível está relacionada a uma certa alienação em relação a questão racial. Mas é necessário criar espaços de discussões e produções sociais e culturais voltadas ao empoderamento racial, possibilitando aos negros e negras se fortalecerem psíquica e socialmente.

Portanto, é possível perceber que as vivências de racismo na infância pelas pessoas entrevistadas foram decisivas para construção de suas identidades, passando por uma imagem de si negativa e negação dos traços raciais negros. O que em diversos momentos da infância gerou sofrimento, sentimento de falta de pertencimento e inadequação, ou mesmo a utilização de um mecanismo de defesa para conseguir lidar com as violências raciais vividas.

4.2.2 Racismo na escola

A escola surge como segundo ambiente de socialização para as crianças. Este espaço é essencial na nossa sociedade, pois expressa a cultura que está inserida e acolhe uma diversidade de pessoas, voltada não somente para a educação formal, mas visa o desenvolvimento social, afetivo e de relações interpessoais, objetivando um olhar amplo e crítico. Nesse sentido, uma educação para a diversidade abarca as diversas formas de ser, apreendendo as várias possibilidades identitárias (CROCHÍK *et. al*, 2013). Contudo, este espaço também pode reproduzir desigualdades, dentre elas o racismo como apontado nos relatos abaixo:

Hoje em dia a escola particular está um pouquinho mais diversificada, mas ainda é majoritariamente branca, então há 20 anos atrás era pior. Eu sempre tive rodeada muito por pessoas brancas. Sempre foi assim, os meus amigos eram todos brancos. Só tive uma única amiga negra quando eu era criança que estudava na mesma turma. Então sempre foi muito assim, e isso me fazia me sentir deixada de lado em alguns pontos: eu nunca era a menina mais bonita da turma, eu nunca era a menina com quem os meninos queriam ter namoradinha. [...] Às vezes o pessoal fazia aquela brincadeira que eu achava muito horrível, aquela de qual é a menina mais bonita da turma e eu sempre era considerada a menina mais feia, e eu tinha pouco cabelo inclusive, meu cabelo era bem pouquinho (JOANA).

[...] quando eu tinha material escolar bonito as pessoas me roubavam. As minhas “amigas” roubavam meu material, ficavam dizendo que era delas e eu sempre acatava tudo sabe?! Porque eu acho que na minha cabeça, eu precisava me submeter aquilo para ter as amizades delas (JOANA).

Joana conta que estudou em escola particular, sempre esteve rodeada de pessoas brancas, seus amigos eram a maioria brancos e teve apenas uma amiga negra na turma. Ser negra em uma turma majoritariamente branca fez com que ela se sentisse de lado e preterida, pois não era considerada bonita e escolhida para ter namoradinhos; esse ponto se relaciona com na próxima categoria que diz respeito a preterição das mulheres negras em relacionamentos amorosos. Joana aponta que ainda que tivesse cabelo com pouco volume, era considerada feia. Isso explicita que mesmo que a pessoa possua menos traços raciais negros ainda poderá sofrer com atitudes racistas, nunca poderá se igualar ao grupo racial dominante branco. Conta também que seus materiais escolares eram furtados pelos seus “colegas” e que em sua cabeça deveria acertar para não ser excluída.

Cavalleiro (1999) afirma que a escola se mostra um lugar bastante perverso, em que as crianças negras internalizam conteúdos que contribuem de maneira negativa para a construção de sua identidade. Isto porque as crianças negras vivenciam um espaço que as discriminam e as humilham, o que as colocam como alvos de seus colegas brancos, por meio de apelidos e/ou palavras depreciativas. Desse modo, as experiências vividas no espaço escolar, permeadas por estas humilhações, podem condicionar as crianças negras ao fracasso, à submissão e ao medo. Para Almeida (2019) Esta também é uma marca do racismo estrutural que direciona as relações dentro da instituição escolar, que se estrutura com base na discriminação racial.

Portanto, o efeito do racismo para as crianças negras pode direcionar ao desenvolvimento de uma baixa autoestima, um autoconceito negativo dificultando a construção de uma identidade positiva. Ao passo que, na escola a criança branca cristaliza um sentimento de superioridade, pois é reforçada diariamente. Dessa maneira, a escola, atua na difusão do preconceito e da discriminação racial.

As crianças negras também são, por vezes, excluídas por parte de seus professores, que se omitem diante das situações de discriminação ou ainda reproduzem o racismo, como relatado por Dandara:

[...] quando eu ia pra escola eu levava a minha irmãzinha né? [...] E as vezes ela bagunçava, as professoras me chamavam atenção, ai ficava meio assim assustada, a professora me chamava bastante atenção por causa dessas coisas né, ai eu acho que aquilo ali deu um pouco de bloqueio em mim, caia as coisas no chão a professora brigava e tal [...] eu tinha muita amizade em casa, não na escola, tinha assim perto de casa com os vizinhos [...] eu achava que os professores não me davam muita atenção porque eu tinha dificuldade, mas eu lembro que na quinta série os professores me elogiavam nas matérias de química e inglês que tirava nota boa. Mas os outros eu não tinha muito estímulo, matemática entendeu? Eu não tinha muito estímulo. Eu acho que os professores não tiveram assim muito acompanhamento com todos os alunos, tinha um ou dois que davam atenção [...]

O relato de Dandara tem pontos de convergência com os de Joana. Dandara também conta que se sentia colocada de lado e preterida, mas isso ocorria com relação aos professores e outros colegas. Conta que precisava levar sua irmã para escola e, quando sua irmã bagunçava, ela era chamada atenção, isso também ocorria quando caia alguma coisa no chão. Dandara aponta que isso fez com que ela criasse um bloqueio, por isso não tinha amizades na escola e sim na sua rua. Nesse sentido Cavalleiro (1999), aponta que a auto rejeição, a rejeição ao seu outro igual, a rejeição por parte do grupo escolar, poderá desencadear futuramente nas crianças negras baixa estima dificuldade de reconhecer sua capacidade pessoal, timidez, pouca participação em sala de aula; não reconhecimento positivo de seu pertencimento racial, recusa em ir para a escola e exclusão escolar, dificuldade de aprendizagem.

Dandara falou também que achava que os professores não lhe davam atenção porque tinha muitas dificuldades, mas lembra que em um momento ia muito bem nas disciplinas os professores continuavam sem lhes dar atenção. Assim, fez a constatação de que para os colegas de turma que eram brancos os professores davam mais atenção,

mas para ela que era negra ficava de lado, acompanhada do fato de ser pobre. Nessa fala Dandara constata que além da cor também passava por situações de desigualdade de classe:

Quando a pessoa é mais branquinha a pessoa [os professores] dá mais atenção, a gente sabe que dá mais atenção, hoje você pensando dessa forma você faz uma retrospectiva né, aí é isso mesmo né, você sempre fica meio que de escanteio, além de você ser pobre e negro, aí é mais complicado (DANDARA).

O racismo na escola também se materializa na maneira como é dado o tratamento às crianças pelos professores, à medida que apenas às crianças brancas são valorizadas e tratadas positivamente, com elogios, carinho e em contrapartida as crianças negras recebem atitudes negativas com a invisibilização, a exclusão, não valorização. O professor tem uma posição privilegiada no contato com as crianças, mas ao mesmo tempo esta posição pode facilitar o tratamento diferenciado entre os alunos. Da mesma forma que o professor pode colaborar para a manutenção das desigualdades raciais na escola, também pode ser visto como um agente que contribua para uma educação mais equânime e para a diversidade. Este deve ser o responsável por facilitar a harmonia intergrupar dos alunos e de suas diferenças. Considerando esta posição de destaque os professores podem ter um importante impacto nas trajetórias de seus alunos (SANTOS, 2014).

Retomando o recorte raça e classe que surgiu acima na fala de Dandara, também foi abordado por Joana que além da raça sentia que sofria discriminação de classe:

[...] também por conta da minha condição social porque a maioria dos meus colegas tinham dinheiro e eu era pobre eu estudava de bolsa e eu sai de lá porque a bolsa deixou de ser integral. E minha mãe se esforçava muito pra eu não me sentir diferente das outras meninas, porque ela tirava dinheiro de onde não tinha para comprar uma mochila bonita, um estojo das princesas (JOANA).

[...] E com relação a minha situação econômica financeira porque eu não podia ter o que as outras pessoas tinham, ir para os lugares que as outras pessoas iam, não podia vestir as mesmas roupinhas. Sendo que minha mãe ela fazia de tudo para que eu tivesse as roupinhas que as minhas colegas tinham, eu sempre me vesti bem, mas não era como elas tinham e eu me sentia de alguma forma excluída por conta disso (JOANA).

Joana relatou que além de passar por situações de racismo na escola, sua condição socioeconômica também fazia com que tivesse um tratamento diferente pelos colegas. Era uma aluna bolsista que teve que sair da escola quando deixou de recebê-la. Disse ainda que por mais que sua mãe se esforçasse para que ela não fosse tratada de maneira diferente, comprando materiais escolares e roupas iguais aos dos colegas ricos, isto não era suficiente para que ela passasse despercebida. Segundo Santos (2009), as pessoas negras ocupam a base da pirâmide socioeconômica, ou seja, são as mais pobres no Brasil. Assim, é possível afirmar que Joana foi atravessada de maneira interseccional por dois eixos de subordinação que impõe barreiras e gera sofrimento, como no tratamento discriminatório recebido pelos colegas de turma e o sentimento de exclusão.

Por sua vez João e Francisco relatam uma experiência diferente com relação ao racismo na escola:

[...] na escola tinha outras pessoas de pele escura, colorismo diferente sabe, e que acabava me encaixando ali porque no Norte tem uma junção de vários lugares e tal e não é predominantemente branca, a sociedade né?! Então, eu acho que acaba algo se disfarçando ali, não era algo que se destacava, eu acho que a minha sexualidade se destacava mais do que a minha cor. Então eu acho que na escola por professores e diretores eu acho que nunca senti nada ao ponto de me fazer chorar, sofrer ou me sentir rechaçado (JOÃO).

[...] tinha certos privilégios mais acho que na época eu ainda não conseguia saber que aquilo era um privilégio assim sabe, acho que era um pouco distante de mim assim, mas eu não consigo lembrar de nenhuma (JOÃO)

[...] a maioria era assim da nossa cor né?! Assim nunca notamos racismo no meio da nossa escola graças a Deus, participamos de muitas atividades esportivas juntos escolares, convivendo muito juntos, mas graças a Deus nunca tivemos atrito quanto ao racismo (FRANCISCO).

João relata que em sua escola tinham outras pessoas de pele escura e considera que na região Norte temos uma junção de vários lugares o que faz com que a maioria da população não seja branca e por isso acha que sua cor passava despercebida; também destaca que pela sexualidade ser um ponto sensível, a questão racial não tomava destaque para ele. Conta que não passou por nenhuma situação de racismo por parte dos professores e diretores que o fizessem chorar. Também aponta que que tinha privilégios por conta da sua condição econômica e por isso pode não ter sofrido racismo.

Francisco também conta que na sua escola a maioria dos alunos eram negros, tinham muita convivência em atividades esportivas e em nenhum momento passou por situações racistas.

Os dois relatos possuem convergência ao afirmarem não ter sofrido racismo na escola, contudo, há manifestações racistas que são explícitas e veladas e que, algumas vezes, quem pratica ou é golpeado pode não ter consciência do contexto discriminatório. Isso não impede que a pessoa que pratica a ação tenha ganhos simbólicos e quem sofreu o racismo fique com marcas simbólicas o impedindo de nomear o que e porque viveu (CRP, 2017). Assim, ainda que os participantes afirmem que não passaram por racismo na escola, estes podem ter vivenciado e não consigam nomear, utilizando do mecanismo de defesa de negação, citado na primeira sessão, a fim de se proteger do sofrimento gerando pela violência do racismo.

A escola aparece nas entrevistas como um espaço de reprodução do racismo, ora pelos alunos ora pelos professores e, assim como apresentado na primeira sessão, causa impactos danosos na construção da identidade da criança negra, tendo em vista que a criança não tem referências de valorização dos seus traços raciais e, pelo contrário, passa por situações de discriminação.

Para Santos (2013) a introdução do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira surge na contramão dos dados apresentados acima, pois não se trata apenas de incluir no componente curricular uma nova disciplina, mas trazer para a escola uma temática que é marcada por intensos debates e, também, silenciamentos. Trata-se de colocar na pauta escolar uma discussão muitas vezes negada a sociedade brasileira e, ainda, apostar em currículos escolares que podem e devem se constituir através do enfrentamento as desigualdades sociais e raciais presentes na nossa sociedade, com possibilidade de alterar hierarquias, desestabilizar relações de poder e contribuir para questionamentos de valores e certezas historicamente construídas.

4.2.3 Repercussão das vivências do racismo ao longo da vida

A categoria assim como as outras estão bastante relacionadas, tendo em vista que os impactos do racismo seja ele vivido no ambiente familiar, escolar ou em outras instituições podem repercutir significativamente ao longo da vida das pessoas negras. Desse modo, surgiram nas entrevistas, especialmente pelas participantes mulheres, relatos de como a construção de uma imagem negativa e auto autoestima impactam o início dos seus relacionamentos amorosos.

Outro ponto que se abre é a análise de como as mulheres negras são preteridas nos relacionamentos amorosos. Assim, para uma compreensão ampla sobre as desigualdades que infligem as mulheres negras é necessário lançar um olhar sobre o contexto histórico, pois a construção afetiva dessas mulheres fora delineada desde o período de escravização. Desde o período colonial as mulheres negras passavam por tratamentos desumanos, eram vítimas de violências física, sexual, psicológica, patrimonial. Contudo, essas violências foram romantizadas e colocadas no imaginário nacional como fruto da miscigenação resultando em uma “democracia racial” (CARNEIRO, 2013).

4.2.3.1 Amor para quem?

Historicamente as mulheres negras não tinham seus sentimentos validados, pois estas não poderiam escolher com quem se relacionar, mas estar à disposição do “seu senhor”. Assim, as mulheres negras não tinham chances de construir uma família por meio de vínculos afetivos, esta era uma forma de negar o direito a sua identidade, de ser tratada como ser humano carregada de sentimentos (bell hooks, 1995). Isto repercute até os dias atuais em que as mulheres negras por vezes não são escolhidas para viver um relacionamento amoroso, como surgiu nos relatos de Dandara e Joana:

A minha irmã ela é branca, porque o meu padrasto é branco, o meu irmão é bem moreno [...] Eu achava ela bonita, era branca, era cacheado o cabelo dela, era mais liso que o meu, era bem bonitinho, e ela era bastante acesa, tinha bastante namorado, muito mais do que eu que era negra né?! Ela tinha bastante namorado, já paquerinha na adolescência e eu nada [...] ninguém queria namorar comigo, e eu queria namorar e eu não sei se é por causa disso, do cabelo. Porque como nós éramos pobres eu não tinha como ajeitar o meu cabelo, aí como eu não o aceitava daquele jeito todo... que todo mundo me chamava de cabelo de bombril, então pra mim tá arrumando eu tinha que alisar ele, aí eu não tinha muito acesso, fazia aqueles produtos caseiros, que não ficava tão bonito, e aí era muito difícil achar um namoradinho na adolescência (DANDARA).

E aí eu fui crescendo com a visão de que tipo... sei lá... nunca ia ter, eu nunca ia estar nesse patamar de ser bonita, ser aceita dentro das pessoas com quem eu me relacionava [...] E aí eu ficava pensando: você tá indo pro ensino médio e os caras não vão querer você se tiver o cabelo cacheado, se tiver o cabelo assanhado. E aí eu alisei. Passei muito tempo da minha vida alisando meu cabelo. Mas justamente por causa disso, porque eu queria ser desejada também por meninos. Porque durante a minha infância em bailinho essas coisas eu nunca era escolhida (JOANA).

Dandara relatou que sua irmã era branca e a achava muito bonita, contou que comparada a irmã branca tinha pouco namorados, pois ninguém queria namorar com ela. Falou que não entendia o porquê e acreditava que poderia ser por causa do cabelo, já que sua irmã não tinha cabelo crespo e tinha vários namorados. Como as pessoas falavam de seu cabelo de maneira pejorativa, acreditava ser preciso alisá-lo, o que não era possível por não ter dinheiro. Ainda assim recorria a produtos caseiros que não deixava seu cabelo “bonito”/liso - para poder conseguir um namorado.

O relato de Joana converge com o de Dandara, pois conta que foi crescendo com uma visão negativa de sua imagem, principalmente relacionada ao cabelo. Por isso, acreditava que alisando o cabelo poderia ser notada pelos meninos no ensino médio. Assim, passou anos a fio alisando o cabelo, pois queria ser escolhida.

Para Gonzalez (1984) e Carneiro (1995) historicamente para a mulher negra não cabia ser sexo frágil, pois seu trabalho de escrava e as explorações vividas não poderia ser comparado a ideia da mulher branca e frágil que deveria ser protegida e, por isso, mantida no espaço particular da casa. As mulheres negras eram sexualizadas, isto ocorria como justificativa para serem exploradas sexualmente pelos seus senhores. Portanto, este lugar histórico de preterição para estabelecimento de relacionamentos afetivos imposto as negras pode ser notado no relato de Dandara:

eu acho que é [não ter namorado] porque eu não me arrumava né, porque eu pensava que quando eu trabalhar eu vou me arrumar e me ajeitar em tudo né cabelo, em tudo né, mas o cabelo eu já alisava né... (DANDARA)

Mais uma vez Dandara atrela suas características negras ao fato de não estabelecer relacionamentos afetivos. É possível inferir que nas falas de Joana e Dandara que na tentativa de serem aceitas recorrem a negação de seus traços raciais, se tornando “menos” negras e assim poderem estabelecer relacionamentos amorosos. Como continua expressando na fala abaixo:

Comecei a namorar com uns 15, 16 anos, mas não foi muito sério, eu queria que fosse, mas a pessoa não. Aí depois eu comecei a trabalhar com 17 né, aí eu comecei a ajeitar o meu cabelo. Aí eu consegui, com 19 anos eu já tinha o meu esposo, não o meu atual, o pai das minhas filhas. Eu não sei, mas eu acho que era por causa disso [ter cabelo crespo] (DANDARA).

É, era difícil os meninos não queriam namorar comigo, sentia assim um pouco de reserva né, até na hora de fazer o trabalho com os colegas também eles me deixavam de reserva, mas hoje pensando que poderia ser por conta da cor o fator também [...] mas eu sempre ficava assim meio que de escanteio, de lado, eu sentia né. Mas depois, eu acho que na quinta série eu consegui umas amigas, aí nós tivemos um bom contato assim, aí ficou melhor assim as minhas relações na escola, eram poucas, umas 3, a gente fazia trabalho junto e tal, que foi na época que eu já havia alisado meu cabelo com os produtos caseiros. Não sei se foi isso também, e foi aí que eu comecei a querer namorar, só que me deixavam de lado né, mas com 17 anos foi melhorando (DANDARA).

Dandara afirma que começou a namorar aos quinze anos ainda com o cabelo crespo, mas o rapaz não quis um relacionamento sério. Aos dezessete anos começou a alisar o cabelo e conta que a partir daí as coisas melhoraram, aos dezenove conheceu seu primeiro esposo. Então, acredita que somente poderia ter um namorado com o cabelo liso. Desde a infância as mulheres negras passam por um sofrimento pela negação de seu corpo como objeto de afeto e amor, isto corrobora que quanto mais características da negritude tiverem terão menos acesso ao afeto diante da estrutura racista que vivemos.

Estas memórias das vivências raciais na infância muitas vezes são violentas, acabam gerando impactos ao longo da vida. Destacamos acima as dificuldades das mulheres entrevistadas em estabelecerem relacionamentos amorosos. Este e outros

entraves enfrentados pelas mulheres negras passam pelas memórias de racismo. A partir do momento que essas memórias são acessadas, e cada uma delas teve o seu processo, foi possível compreender os eventos vividos e com isso elaborá-los como veremos na próxima seção.

4.2.4 Estratégias psicossociais utilizadas no enfrentamento ao racismo

Desde o período da escravização no Brasil, a população negra não esteve em um lugar de passividade, mas produzia resistências diante das violências vividas, resistências estas que foram essenciais durante o processo de abolição da escravatura. Desde então a população negra encontra estratégias para enfrentar o racismo e, embora, possam carregar marcas das violências que passaram ao longo de suas vidas, também podem encontrar recursos para produzir resistências e significá-las.

Assim, foi possível notar em algumas entrevistas o processo de tomada de consciência racial como uma estratégia psicossocial encontrada, ainda que muitas vezes apenas na idade adulta como aponta Dandara:

[...] a minha filha que fez primeiro [deixar o cabelo natural] né, aí ela “aí mãe faz no da senhora”, aí eu “não, eu não vou me acostumar né, porque daqui que cresça né”, aí o que foi que eu fiz né, eu deixei ele crescer e amarrava, aí o liso ficou grande e o crespo crescendo [...] Aí melhor, porque parece que você, ele cresce pra cima aí parece que você fica mais empoderada, e eu alisava. Tipo assim, na medida que ele ficava baixinho era como se eu também estivesse me rebaixando, é assim que eu sinto isso sabia, não sei porque, interessante né. E hoje ele cresce pra cima, parece que eu estou empoderada entendeu. Aí quando eu chego nos lugares falam “aí que nega linda, nosso teu cabelo tá lindo em todo canto” (DANDARA).

Dandara afirma que durante a maior parte de sua vida usou o cabelo alisado e que apenas com o apoio da filha passou a usar seu cabelo crespo. Aponta que foi a melhor decisão que pode tomar que o cabelo crespo cresce para cima como se aumentasse sua autoestima, se sentisse emponderada. Enquanto com o cabelo liso estava para baixo, como se estivesse se rebaixando. Continua relatando sobre seu processo de autodeclaração racial:

me perceber como negra tem influência da mídia, tá na moda, e a gente é influenciada por isso, e também porque eu comecei a estudar, ler e ver sobre a questão cultural de agora e historicamente. [...] Fui me autodeclarar agora, não faz tempo não, assumi meu cabelo agora. Comecei estudar, comecei a ler esses textos da Djamila. Nas redes sociais eu também tenho um grupo de negros que eu entro e converso. A leitura mesmo, a gente vai vendo a realidade como é que é. Aí eu vi o que a sociedade faz com a gente se não tivermos leitura, mas foi assim depois que eu comecei estudar mesmo [...] Até um dia desses eu não achava esse cabelo bonito, até agora eu tô com dificuldade foi muita resistência pra poder se aceitar (DANDARA).

Dandara afirma que se perceber como mulher negra teve influência da mídia, aponta que está na moda e por isso foi influenciada. Outro fator que contribuiu no seu processo de autodeclaração foram os estudos, contou que entrar em contato com os valores culturais da negritude agora e historicamente foi essencial, por meio do contato com autoras negras, grupos de pessoas negras pode perceber como o racismo aparece na nossa sociedade. Relata que há pouco tempo se percebeu negra, assumindo seus cabelos crespo, que ainda tem dificuldade em achar seu cabelo crespo bonito. É possível constatar que as diversas situações de racismo relacionadas ao cabelo geram impactos psicossociais até os dias atuais para Dandara. Contudo, por meio do contato com a literatura e outras pessoas negras encontrou uma estratégia psicossocial de enfrentamento por meio da autodeclaração racial. Este ponto converge com o relato de Joana:

eu nunca me declarei como negra [preta] até a universidade eu era parda, morena clara, eu falava: -ah, eu sou morena, mas eu tenho a pele mais clara. O que eu fazia bastante como forma de compensação mesmo [...] Eu só fui me perceber como negra, negra mesmo, eu acho que foi um processo tão demorado que foi só na universidade que isso aconteceu. Era sempre uma coisa do tipo... ah, eu sou escura, mas meu tom tá mais próximo do branco do que de outras pessoas, então isso significa que eu sou um pouquinho melhor, sou um pouquinho mais aceitável. Eu só fui perceber, só deu o estalo quando eu entrei em contato de que algumas situações tinham a ver com o preconceito racial. [...] quando eu entrei em contato com a teoria mesmo e eu nem lembro a primeira vez que deu esse estalo, mas eu acho que foi numa aula da universidade que veio, aí eu fui entrando em contato com a questão teórica, do que é o preconceito com ele se expressa na sociedade, aí eu fui pensado é isso, eu passei por isso, então era preconceito? Era por causa da minha cor? E aí foi que veio o estalo, porque antes eu achava que era eu, eu que não fazia ou era o suficiente pra pertencer aquele grupo ali (JOANA).

Joana relatou que até começar a universidade nunca tinha se autodeclarado como preta, por não ser retinta se considerava morena, se sentindo mais aceita nas suas

relações pela proximidade com o ideal racial branco. Ressalta que se autodeclarar racialmente foi um processo demorado e que só aconteceu quando entrou em contato com as teorias raciais na universidade. A partir daí pode saber o que era preconceito, racismo e como ele se expressava nas relações, assim, tomou consciência de que as situações que viveu ao até aquele momento tinham a ver com racismo e que não era uma falha sua, uma questão individual.

Nesse sentido, tomar consciência sobre o impacto do racismo vivido possibilita a construção de recursos psíquicos e sociais para enfrentar a violência destrutiva do racismo (COSTA, 2012). As duas participantes apontam que apesar de ter sido um processo longo e difícil se autodeclararem negras, entrar em contato com as teorias raciais, a história do povo negro e suas expressões culturais, ler autoras negras e participar de grupos com pessoas negras, abriu para possibilidade de construir uma identidade positiva, pautada na aceitação e valorização das suas características raciais.

A partir do momento que a mulher negra opta por deixar seu cabelo crespo no formato natural, está também tomando uma postura de autoaceitação, que vai além de um posicionamento do ponto de vista estético, mas é um ato político em relação a beleza negra. Ou seja, a mulher negra está resistindo ao processo de branqueamento ao qual nossa sociedade racista estaria esperando que ela se submetesse. Posto isso, é possível perceber que o combate ao racismo tem ganhado diferentes nuances e produzido novas narrativas, através da valorização estética da população negra, em que a autoaceitação, a criação de uma imagem positiva sobre si, a utilização do cabelo natural torna-se um ato político. Gomes (2007, p. 1330) aponta que “é por causa do racismo que os negros tiveram que politizar a beleza negra e valorizar o cabelo crespo”.

Vale ressaltar que o aumento do movimento de valorização da estética negra em alguns casos tem ocorrido como uma resposta às violências racistas sofridas por mulheres negras na infância. Isto têm contribuído para que mulheres negras atuem no fortalecimento e valorização da autoestima, para que outras meninas e mulheres negras não passem pelas experiências racistas ou as enfrente de maneira consciente e emponderada como aponta Silva (2017, p. 37):

Com o advento da tecnologia de massa, esses movimentos se transformaram e ganharam um novo espaço, os videoblogs, onde o engajamento político eminente

anterior deu lugar para um discurso principalmente de defesa da identidade e da autoestima. Nos dias atuais, o recurso audiovisual tem sido um dos principais artifícios para essa manifestação. Ainda que de uma forma mais subjetiva(...), sugerem uma reflexão sobre a resignificação do crespó. Essa narrativa não se limita aos vídeos, mas esses são instrumentos utilizados para a construção e difusão do conteúdo abordado.

Outras estratégias para lidar com o racismo surgiram nas entrevistas. Joana e João relataram que desde a infância buscaram serem os melhores em todas as atividades que desenvolviam, como relatado abaixo:

[...] a forma que eu encontrei de me defender foi por compensação. Então o que eu fazia? Já que eu nunca ia ser a pessoa bonita, que todo mundo queria por perto, eu ia ser a pessoa mais inteligente, criativa e mais falante. Então assim, as professoras me adoravam muito, eu tinha que estar em evidência, desde criança isso. A minha mãe nunca me cobrou por nota, a minha mãe nunca foi de brigar comigo até porque eu nunca tirei nota baixa. Minha família não cobrou nada disso, mas eu tinha na minha cabeça que eu tinha que ser excepcional. Eu sempre me destaquei, eu cantava na igreja, e quando tinha trabalho em grupo que era líder eu ia lá fazia, eu tirava as melhores notas, eu tinha que ser a queridinha das professoras que falava nas aulas e na verdade isso se estende até a atualidade. Então eu trabalhei com compensação, já que eu não podia ser bonita eu ia ser a melhor, a melhor nas notas, a melhor nos estudos. Então assim, isso foi levado do meu ensino fundamental, ensino médio, faculdade... sempre foi assim. Então foi a forma que eu encontrei de me defender. [...] Eu ainda continuava me sentindo mal, as marcas ficam, mas de alguma forma foi recompensado porque se meus colegas não gostam de mim, me acham feia, as professoras me acham incrível, a direção da escola me acha incrível. Todo evento que tinha na escola, eles me chamavam para cantar, para declamar poesia, dia das mães, dia dos pais era sempre eu que tava lá declamando, cantando. [...] meus colegas me achavam feia, mas eu não tava nem ligando pra isso porque eu era melhor do que eles (JOANA).

[...] não sei porque eu acho que eu sempre fui uma pessoa estudiosa, muito dedicada, muito exemplar na escola, sempre fui um aluno que tirou boas notas, sempre fui uma pessoa que as professoras amavam, o meu jeitinho assim e tal, eu terminava a prova, o primeiro que terminava prova aí a professora já “senta aqui no meu colo” aí eu ficava lá no colo da professora enquanto todo mundo fazia a prova [...] (JOÃO).

Joana contou que uma forma para lidar com as discriminações racistas que viveu se tornou a mais inteligente, criativa e expressiva; já que não poderia ocupar a posição de mais bonita e rodeada de amigos seria reconhecida pela sua competência. Disse que sua mãe e família nunca cobraram por suas notas, mas na sua cabeça tinha que ser excepcional. Ocupar esse lugar pode ser uma defesa, justamente para se sentir

valorizada de alguma maneira, se não pelos colegas, mas pelos professores, direção da escola. Estar em posição de destaque, uma posição que os colegas não ocupavam, de alguma maneira a confortava, ainda que em alguns momentos se sentisse mal. João por sua vez também relata que sempre esteve nessa posição de ser o melhor na escola, tirar as melhores notas, que os professores adoravam. Disse que não sabia, mas sempre ocupava esse lugar.

Nesse sentido, Santos (1983) aponta que em busca de curar, amenizar as dores provocadas pelo racismo ou para alcançar reconhecimento social, a população negra de maneira consciente ou inconsciente busca muitas vezes serem os melhores, ou seja, o mais inteligente, o mais bonito, o melhor trabalhador. Ainda que para Joana e João esta estratégia possa ter amenizado as dores, estar nesse lugar pode gerar um aprisionamento no campo psíquico e de vida, pois, por pressão racista de maneira reativa assume a posição superior.

João também relata que algumas situações que viveu na escola poderiam estar relacionadas ao racismo e quando ocorria encontrava maneiras de se defender como relatado abaixo:

Então acho que algumas questões que rolaram na escola tinham haver com isso [racismo], mas eu sempre fui uma pessoa que nunca se calou, nunca aceitou, quando alguém falava alguma coisa eu sempre partia pra briga, brigava, batia [...] então na minha infância no início eu ia muito pra direção por conta disso, quando alguém falava alguma coisa eu já me colocava mais agressivo porque era uma forma de me defender de todas aquelas coisas e também eu acho que era um certo incentivo da minha família de que se acontecesse alguma coisa eu tinha que ir lá mesmo brigar e bater, e não só apanhar. E era muito engraçado por que eu era sempre a pessoa que brigava na escola, mas quando eu ia para a direção as diretoras e inspetoras sempre ficava do meu lado porque ela entendia a situação de que eu não ia lá “caçar conversa” com os meninos e era o contrário (JOÃO).

Relatou que não ficava calado diante das situações de racismo e de maneira reativa ficava agressivo batia e brigava, como uma forma de se defender dos ataques que sofria. Também tinha um incentivo da sua família para não apenas apanhar, mas deveria bater. Contou que por mais que brigasse muito na escola a diretora e inspetores estavam sempre do seu lado, pois sabiam que ele estava apenas se defendendo. Assim, foram notadas diversas estratégias psicossociais de enfrentamento ao racismo, como a tomada de consciência e contato com as produções sobre relações raciais no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso da pesquisa, movida pela busca de compreender como o racismo se apresentava nas memórias de infância das pessoas autodeclaradas negras em Boa Vista/RR, alguns desafios foram encontrados. Um deles foi desenvolver uma pesquisa integralmente em contexto de uma pandemia. Lidar com perda de familiares em decorrência da covid-19, sem dúvida, foi o mais difícil.

Em muitos momentos as demandas de trabalho aliadas com as constantes incertezas de uma condução genocida da pandemia colocaram-me numa posição de afastamento do processo acadêmico. Como pensar numa pesquisa científica em momentos de perda de familiares e pessoas próximas para a COVID-19, de ataque a ciência, milhares de mortes no país e, ainda, ter que se submeter a exposição ao vírus para trabalhar e se manter? Ao mesmo tempo presenciar que a população negra foi a que mais morreu por essa doença e escancarou ainda mais a desigualdade racial que vivemos fez-me buscar forças para não desistir.

Três categorias guiaram esta pesquisa: racismo, infância e memória. Racismo enquanto uma ideologia complexa presente na cultura, política e economia e, também, na vida subjetiva, social, institucional das pessoas, entendido como uma estratégia de dominação baseada na concepção hierárquica de raças inferiores e superiores. Infância, como momento da vida que se apresenta de maneira diferente nas diversas culturas, assim como os costumes e valores, carregada de atributos construídos socialmente e que se transformam ao longo do tempo. Memória, formada por um acúmulo de tempos; é um recorte do vivido, não se restringe a um fenômeno individual, encerrada na pessoa, mas possui um caráter coletivo de produção da memória.

O campo foi realizado por meio de entrevistas com pessoas autodeclaradas negras a partir de quatro perguntas norteadoras. Foram encontrados alguns entraves em decorrência da pandemia. Marquei por diversas vezes entrevistas presenciais com os cuidados necessários, que muitas vezes foram remarcadas pelos(as) participantes. Em seguida, recorri a segunda alternativa que foi a entrevista remota, assim, consegui concluí-las. As quatro pessoas entrevistadas foram solicitadas a responderem as perguntas sobre suas infâncias atravessadas pelas relações raciais. Por vezes os esquecimentos

davam espaço para rememoração dos eventos vividos, possibilitando nomeação e elaboração dos eventos vividos (BENJAMIN, 1987a).

Como objetivos desta pesquisa buscamos conhecer como o racismo aparece nas memórias de infância de pessoas adultas autodeclaradas negras na cidade de Boa Vista, Roraima. Especificamente compreender alguns impactos psicossociais do racismo ocorrido na infância da pessoa autodeclarada negra e como eles repercutem ao longo da vida, tendo em vista que a violência racial produz marcas na construção subjetiva do sujeito negro; identificar quais foram as estratégias psicossociais utilizadas pela pessoa que se autodeclara negra no enfrentamento ao racismo e, por fim, conduzir a crítica e a resistência às formas de racismo vigentes no tempo presente da cidade de Boa Vista, Roraima.

Os quatro sujeitos entrevistados, em alguma medida, vivenciaram o racismo na infância na cidade de Boa Vista/RR, que causaram impactos psicossociais como vivência do racismo nos espaços de socialização da família e da escola, negação dos traços raciais negros, dificuldade de construção da identidade e imagem positiva de si. Os relatos apontaram que três dos quatro participantes vivenciaram racismo na infância causando implicações danosas na autoestima por experienciarem situações de desqualificação, apelidos racistas relacionados ao corpo e cabelo, que geraram por vezes negação dos traços raciais, rejeição e insatisfação com o corpo. Outro impacto notado foi a falta de representatividade que pudesse contribuir na construção da identidade negra, bem como a utilização da negação da vivência do racismo.

As mulheres entrevistadas apontaram as repercussões das vivências do racismo ao longo na vida, destacando como a baixa autoestima e a dificuldade de construção da identidade, em decorrência das violências racistas, dificultaram o início da vida amorosa. Assim, foi possível identificar, a partir de um recorte de gênero, que para além das experiências subjetivas, as mulheres negras historicamente não tiveram seus sentimentos validados, foram hipersexualizadas, pois além do trabalho braçal eram exploradas sexualmente. Este contexto marca as experiências afetivas das mulheres negras que muitas vezes não são escolhidas para um relacionamento amoroso como relatado nas entrevistas.

Contudo, também surgiram nas entrevistas relatos de estratégias para enfrentar e seguir frente a violência racial, como a aproximação sobre as discussões raciais, o acesso a conteúdo de representação negra, outras vezes se esforçando para ser o melhor e ocupar posição de destaque, agindo de maneira agressiva para se defender da violência racista.

Portanto, foi possível compreender o racismo em Boa Vista/RR através das memórias de infância. Todos os sujeitos entrevistados sofreram violência racial, que deixaram marcas repercutidas ao longo da vida. Bem como, encontraram nas suas trajetórias estratégias psicossociais para enfrentar as violências vividas. Assim, o racismo vivido na infância em Boa Vista/RR se expressa principalmente através da discriminação racial nos ambientes escolares com apelidos, xingamentos, exclusão, mas também nas entrelinhas das relações familiares de maneira sutil, mas não menos dolorosa.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes históricas**. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Rio de Janeiro: Editora Polen, 2019.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de. Janeiro: LTC, 1981. *Online*. Disponível em: <<http://files.grupo-educacional-vanguard8.webnode.com/200000024-07a9b08a40/Livro%20PHILIPPE-ARIES-Historia-social-da-crianca-e-da-familia.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2021.

ASSIS, Simone Gonçalves de. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 jan. 2020.

ATAÍDE, Marlene Almeida de. Um diálogo com a história oral na perspectiva metodológica e dos aspectos éticos: limites ou possibilidades de se fazer pesquisa qualitativa? **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 20, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/13198>>. Acesso: 05 maio 2021.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro(a) no imaginário das elites século XIX**. São Paulo: Annablume, 1987. 138 p. *Online*. Disponível em: <<http://bibliopreta.com.br/wp-content/uploads/2018/01/livro-Onda-negra-medo-branco-1.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2020.

BACCARIN, Gerlane et all. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016. Brasília: Ministério da Saúde e Universidade de Brasília, 2018. *online*. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

BAIROS, Luisa. A mulher negra e o feminismo. In: COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (orgs). Relatório do Seminário Nacional: o feminismo no Brasil – reflexões teóricas e perspectivas. 2. ed. Salvador: NEIM/UFBA, 2008. p. 139-145. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de história**. In: W. Benjamin, *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 3 ed. São Paulo, SP: Brasiliense 1987a. p. 222-232

_____. **Experiência e pobreza**. In: W. Benjamin, *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 3 ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987c. p. 114-119

_____. **O narrador**. In: W. Benjamin, *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 3 ed. São Paulo, SP: Brasiliense. 1987b. p. 197-221

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. BRASÍLIA. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, UFPE: 2013. Disponível em: <<https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. Rio de Janeiro, **Revista Estudos Feministas**. v.3 n.2, 1995. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/G%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero, Raça e Ascensão Social**. São Paulo: Estudos Feministas, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472/15042>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

CARONE, Iray. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 20-31.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: Carone, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 13-23.

CARVALHO, Eliane Paula de. **A Identidade da Mulher Negra Através do Cabelo**. Especialização em Educação e Para as Relações Étnico-Raciais. Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2015. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/55903>>. Acesso em 22 fev. 2021.

CIAMPA, Antonio. Carlos. Identidade. In: LANE, S. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social, o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 58-75

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**: pesquisa de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. 223 p. *online*. Disponível em: <<http://www.marcoareliossc.com.br/Pierre%20Clastres%20-%20Arqueologia%20da%20viol%C3%Aancia%20-%20antropologia%20politica.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CRP). **Relações Raciais**: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os. Brasília: CFP, 2017.

COSTA, Eliane Silvia. **Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira**. 2012. 276 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-13082012-104304/pt-br.php>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Los Angeles: Estudos Feministas, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CROCHIK, José Leon. et al. Educação inclusiva: escolha e rejeição entre alunos. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 174-184, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000100019>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. ---

DESLANDES, Suely Ferreira. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jan. 2020.

DORNELLES, Leni Vieira; MARQUES, Circe Mara. Pedagogias da racialidade: modos de se constituir crianças negras em escolas de educação infantil no Brasil. **Propuesta Educativa**, Ano 24, N. 43, págs. 113 a 122, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4030/403041714011.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

FERNANDES, Viviane Barboza. SOUZA, Maria Cecília Cortez Costa. Identidade negra entre exclusão e liberdade. **Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 63, p. 103-120, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742016000100103&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 176 p.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, 2002, n. 21, pp. 40-51. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03>>. Acesso em: 25 set. 2021.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, pacto e o mito. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 61, 2011, p. 147-162. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st20-3/4678-aguimaraes-democracia/file>>. Acesso em: 18 maio 2020.

HELDER, Raimundo. F. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

hooks, bell. **Alisando o meu cabelo**. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alisando-o-nossocabelo-por-bell-hooks/>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em 16 jan. 2022.

hooks, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018. Disponível em: <<https://eventos.uece.br/siseventos/processaEvento/evento/downloadArquivo.jsf;jsessionid=8E65CEC88575C950C8A94D6FA1D87AA3.eventoss2?nomeArquivo=678-03062021-193913.pdf&diretorio=documentos&id=678&contexto=ciclododebatesfeminismo2021>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

HUBER, Tatiane Nascimento. **Normas sociais e racismo em crianças aracajuanas de 5 a 8 anos**. 2015. 79 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) - Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas. Universidade de Federal de Sergipe, Sergipe, 2015. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_4e30c6d2dd491ff74a4c396544f447e8>. Acesso em 20 abr. 2020.

HUMANS RIGHT WATCH. **“Um dia vou te matar”:** Impunidade em casos de **violência doméstica no estado de Roraima** [Online], 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> Acesso em 22 de jan. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010: **Características da população e dos domicílios - resultados do universo**. IBGE: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2020.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

KOWARICK, Lúcio e ANT, C. **Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo**. Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado e Presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/000881243>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

KYRILLOS, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M; CODO, W. (org.) **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. 220 p.

MACEDO, Etiene Oliveira Silva de; CONCEICAO, Maria Inês Gandolfo. Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes em situação de violência: o psicólogo e a rede de atenção. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei, v. 12, n. 1, p. 129-146, abr. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (ORG.), **Pesquisa qualitativa – um instigante desafio**. Núcleos de Pesquisa 1. São Paulo: Veras, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016. 69 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292001000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MOREIRA, Nubia Regina. Feminismo negro brasileiro: igualdade, diferença e representação. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 31., 2017, Caxambu. Anais... Caxambu,

2017. p. 1-22. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st18-5/2961-nubiamoreira-feminismo/file>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MOTTI, Antonio José Angelo. Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência. **Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias**: referências para a atuação do psicólogo. Brasília: CFP, 2009. 96 p.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986. 158 p.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Núcleo de Estudos de Violência**: sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças. São Paulo, 2016.

_____. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009. 255 p.

_____. **Redescobrimo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. 156 p.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação. Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

PARÉS, Luís Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

PEREIRA, Mariana Cunha. **Educação e Políticas de Ação Afirmativa no Brasil**: um debate étnico-racial atualizado na discussão das Leis 10.639/03 e 11.645/08 In.: RIBEIRO, Cristiane Maria; PEREIRA, Mariana Cunha (Orgs.). Educação e Relações Étnico-raciais: Diálogos, Silêncios e Ações. Goiânia: Editora UFG, 2015.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 26 jan. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REIS, João José. Identidade e Diversidade: Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33. 1996. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

RIBEIRO, Djamilla. **Lugar de Fala**. São Paulo: Polén, 2019.

RIBEIRO, Djamilla. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 336 p.

SACCO, Airi Macias. **Orgulho e preconceito: O desenvolvimento de atitudes raciais implícitas e explícitas em crianças de Porto Alegre e Salvador**. 2015. 160 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134432>>. Acesso em: 19 maio 2020.

SANTOS, Ana Cristina Conceição. **Escola, família e comunidade quilombola na afirmação da identidade étnica da criança negra**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/291/1/Escola%2c%20fam%c3%adlia%20e%20comunidade%20quilombola%20na%20afirma%c3%a7%c3%a3o%20da%20identidade%20%c3%a9tnica%20da%20crian%c3%a7a%20negra.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2022.

SANTOS, Gevanilda. **Relações Raciais e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Celo Negro, 2009. 94 p.

SANTOS, Lorene dos. **Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à Lei 10.639/03**. In: PEREIRA, Amílcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 373 p.

SILVA, Elaine de Souza. **Memória, Identidade e Audiovisual: a contribuição dos Videoblogs na resignificação do cabelo crespo**. 105 p. Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória, Bahia, 2017. < <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2018/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Elaine-de-Souza-Silva.pdf>>.

SILVA, Joelma. Santos. da. Os laços de compadrio como estratégia de resistência cotidiana entre os escravos do sertão do Piauí oitocentista. **Fronteiras & Debates**. Macapá, v. 3, n. 1, jan./jun., 2016. pp. 123-142. Disponível em: < <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/3412>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVA, Marcella de Holanda Padilha Dantas. **Negritude e infância**: cultura, relações étnico-raciais e desenvolvimento de concepções de si em crianças. 2010. 205 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/8173?mode=full>>. Acesso em 10 abr. 2020.

SILVA, Maria Lúcia. **O preconceito racial humilha, a humilhação faz sofrer**: reflexões sobre a construção psíquica do sujeito negro. Conselho Federal de Psicologia (Org.). Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 217-222. *Online*. Disponível em: <<https://cutt.ly/MsfrgCT>>. Acesso em: 20 maio 2020.

SILVANA, Eliene Dias de Oliveira; ZANCHETT, Aparecida da Silva. Memória. In.: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2.ed. Universidade Federal da Grande Dourados: Dourados, MS, 2019. 504-508 p.

SOUSA, Helena. Negro é invisível em Roraima, diz professora. **Folha de Boa Vista**, Roraima, 20 nov. 2014. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Negro-e-invisivel-em-RR--diz-professora/2404>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TEIXEIRA, Maria Antonieta; CRUZ, Daiane Oliveira da Cruz. A formação identitária negra frente à educação antirracista: uma análise a partir da narrativa autobiográfica. **Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 22, n. 3, p. 421-439, set./dez., 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/30482/21633>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

THEODORO, M. À guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. In M. Theodoro (Org.), **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília, DF: Ipea, 2008. p. 167-176.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/A%20voz%20do%20passado%20hist%F3ria%20oral.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **World report on violence and health**. Geneva: WHO, 2002. Disponível em: <>. Acesso em: 10 jan. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: ESTUDO SOBRE RACISMO EM BOA VISTA, RR

Pesquisadora responsável: Wellen Crystine Lima Peixoto Borges

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Memórias de Infância: Estudo Sobre Racismo em Boa Vista, RR”, desenvolvida por mim, Wellen Crystine Lima Peixoto Borges, e orientada pela Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Fernandes.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender como o racismo aparece nas memórias de infância de pessoas adultas autodeclaradas negras na cidade de Boa Vista, RR. Informo-lhe que os objetivos são estritamente acadêmicos. Os usos das informações oferecidas por você estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão de Ética em pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento e eu lhe asseguro que você não sofrerá qualquer prejuízo, sanções ou constrangimento.

A entrevista será realizada individualmente com duração de cerca de uma hora, podendo ocorrer até dois encontros. Para que não se perca conteúdo da entrevista, o ideal é que elas sejam gravadas, sendo assim, solicito a autorização para a gravação

das falas. Asseguro-lhe ainda que o acesso e a análise dos dados coletados serão feitos por mim e pela orientadora.

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum ônus, nem receberá qualquer incentivo financeiro. Sua participação nesta pesquisa poderá acarretar-lhe riscos mínimos, já que você entrará em contato com questões que possam lhe causar angústia. Participar desta pesquisa poderá beneficiar-lhe, tendo em vista que você poderá contribuir para que haja mais compreensão sobre as questões raciais em Boa Vista, RR.

Por se tratar de uma pesquisa acadêmica, os resultados poderão ser apresentados em eventos científicos, sendo que em nenhum momento seu nome será mencionado, ou seja, o sigilo será mantido.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem o direito de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

**Roteiro de entrevista**

- 1) **Como foi a sua infância?** (Pergunta bem aberta a fim de investigar pontos marcantes da infância relacionados a vivência racial, possíveis traumas e estratégias utilizadas para enfrentamento)
- 2) **Como foi sua relação com a família durante a infância?** (Pergunta com o intuito de investigar os fatores familiares que influenciaram na formação da identidade)
- 3) **Quando você se autodeclarou racialmente?** (Pergunta objetivando investigar aspectos identitários e influências na construção -ou não- de uma consciência racial)
- 4) **Como foi o início do seu processo escolar (tinha muitos amigos, relação com os professores e colegas de turma)?** (Pergunta com objetivo de conhecer como foi a vivência de uma pessoa racializada no contexto escolar)